



**Universidade
Europeia**

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**Presença Templária em Tomar:
Proposta para a Criação de um Centro Interpretativo**

Mestrado em Gestão do Turismo e Hotelaria

Inês Gonçalves Duque Pereira – 50033537

Orientação: Professora Doutora Maria Isabel Roque

Universidade Europeia – *Laureate International Universities*

Lisboa, março de 2017

Dedicado ao meu Avô Manuel,

*Com ele descobri a beleza
e os encantos de Tomar;*

Pelo amor incondicional,

Obrigada.

*“Do not try to satisfy your vanity by teaching a great
many things. Awaken people’s curiosity. It is enough to
open minds; do not overload them.*

*Just put there a spark. If there is some good inflammable
stuff, it will catch fire”*

Anatole France

Índice

Lista de Abreviaturas	6
Resumo	7
Abstract	8
Introdução	9
Metodologia da Investigação	11
Parte I - Enquadramento Teórico: Interpretação do Património e Planeamento Turístico	16
Capítulo 1. Compreender e Interpretar o Património.....	16
1.1.Cultura e o património cultural.....	16
1.2.Interpretação do património – princípios e abordagens.....	20
1.3.Planeamento interpretativo	22
Capítulo 2 – Os Destinos Turísticos e o Planeamento dos Recursos Turístico-Culturais. ...	26
2.1. Definição e funções atribuídas ao espaço museológico.....	27
2.2. O espaço museológico e o fenómeno turístico	30
Parte II – A Ordem do Templo e a Presença Templária em Portugal.....	32
Capítulo 3 – A Ordem do Templo: Nascimento, Ascensão, Condenação e Extinção.	32
Capítulo 4 - A presença templária em Portugal	35
4. 1. A afirmação da Ordem do Templo: fundação de Tomar	35
4.2. A Ordem de Cristo: a expansão marítima e o desenvolvimento de Tomar.	38
Parte III – Turismo de Tomar e os Templários: Proposta de planeamento para a criação do Centro Interpretativo Tomar Templário.....	43
Capítulo 5 – Caraterização do Destino Turístico: Tomar Templário	43
5.1. Tomar Templário: a importância do território das motivações da procura e a experiência turística	44

5.2.	Tomar Templário: a procura por um destino empreendedor e competitivo	46
5.3.	Tomar Templário: a comunicação e promoção de um destino turístico	47
Capítulo 6 – Análise da Presença Templária na Cidade de Tomar: Património e Simbologias		50
6.1.	O Castelo Templário e o Convento de Cristo	51
6.2.	A igreja de Santa Maria dos Olivais	54
6.3.	A Festa dos Tabuleiros.....	56
Capítulo 7 – Planificação do Centro Interpretativo Tomar Templário		58
7.1.	Corpo do plano interpretativo	59
7.2.	Execução e implementação do projeto	73
7.3.	Avaliação e monitorização.....	73
Conclusões		75
Bibliografia		77
Anexos		84

Índice de figuras

Figura 1 - Tomar dos Templários	41
Figura 2 - Tomar no tempo do Infante D. Henrique	41
Figura 3. Castelo dos Templários, segundo desenho do Arq. Costa Rosa Fonte: França (1994, p. 51).	53
Figura 4. O Castelo Templário e o Convento de Cristo, segundo desenho do Arq. Álvaro Barbosa, 1978. Fonte: Barbosa (1991).	54
Figura 5. Planta da rotunda templária de Tomar (séc. XII-XIII) e do coro manuelino (séc. XVI). Fonte: Santos (2008).	54
Figura 6 - Interior da Charola Templária.....	54
Figura 7- Fachada exterior da Igreja de Santa Maria dos Olivais.....	56
Figura 8. Lápide tumular de D. Gualdim Pais, localizado na primeira capela lateral da igreja.....	56
Figura 9– Vista da Praça da República durante o Cortejo dos Tabuleiros.....	58
Figura 10. Os tabuleiros expostos na Mata Nacional dos Sete Montes, durante as festividades.	58

Índice de Quadros

Quadro 1.....	49
Quadro 2.....	60

Lista de Abreviaturas

CIBA - Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

CILT - Centro Interpretativo das Linhas de Torres

RHLT - Rota Histórica das Linhas de Torres

PSRVLT - Programa de Salvaguarda, recuperação, valorização das Linhas de Torres

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ICOM - *International Council of Museums* / Conselho Internacional de Museus

ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* / Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

DMO - *Destination Management Organization*

OMT - Organização Mundial do Turismo

RMPH - Rede Monumentos Património da Humanidade

CITT - Centro Interpretativo Tomar Templário

DGPC - Direção Geral do Património Cultural

I.P. - Inês Pereira

FBA - Fundação Batalha de Aljubarrota

Resumo

O turismo, enquanto atividade em constante crescimento, assiste a uma progressiva competitividade no seu mercado, exigindo dos destinos uma procura pela diferenciação. Torna-se necessário pensar produtos capazes de oferecer ao turista uma experiência, autêntica, longe de um turismo supérfluo. Este estudo analisa as variáveis que têm caracterizado a promoção da cidade de Tomar, enquanto destino turístico, ao realçar a incapacidade de valorização do seu legado templário em todo o seu conjunto. Assim, procedeu-se à análise do património material e imaterial, como o Convento de Cristo, a igreja de Santa Maria dos Olivais e a Festa dos Tabuleiros, enquanto marcos da presença templária e representativos da identidade do destino turístico. Neste sentido, a interpretação do património apresenta uma oportunidade para o delineamento de um produto turístico atento às necessidades do seu público, incluindo turistas e a comunidade envolvente. O objetivo principal do estudo foi, desta forma, a delineação do planeamento interpretativo para a criação de um Centro Interpretativo Tomar Templário, pretendendo vir a ser um produto turístico capaz de promover a experiência da verdadeira terra templária, através da interpretação do património templário.

Palavras-chave: Turismo; património cultural; interpretação do património; Templários; centro interpretativo.

Abstract

Tourism, as a constantly growing activity, assumes a progressive competitiveness in its market, demanding, from the destinations, a search for differentiation. It is necessary to think of products capable of offering the tourist an authentic experience, far from a superfluous tourism. This study aimed to analyse the variables, which have characterized the promotion of the city of Tomar as a tourist destination, by highlighting the inability to valorise its Templar legacy throughout. Thus we proceeded to the analysis of the tangible and intangible heritage, such as the Convent of Christ, the church of Santa Maria dos Olivais and the Festa dos Tabuleiros, as landmarks of the Templar presence, representative of the identity of the tourist destination. In this sense, the interpretation of heritage presents an opportunity for the design of a tourism product that is inclusive of the needs of its public, which includes tourists and the surrounding community. The main objective of the study was the delineation of the interpretative planning for the creation of an Interpretive Centre, intending to become a tourist product capable of promoting the experience of the true Templar land, through the interpretation of the Templar heritage.

Keywords: Tourism; cultural heritage; Interpretation of heritage; Templars; interpretive centre.

Presença Templária em Tomar: Proposta para a Criação de um Centro Interpretativo

Num mundo globalizado, as fronteiras entre espaço, tempo e acesso à informação esbateram-se, influenciando todos os processos e fenómenos na sociedade. O turismo não foi exceção, ao encontrar-se inserido num mundo global no qual surgem, constantemente, novos destinos turísticos que procuram, através da prática turística, impulsionar o seu desenvolvimento. Assim, temos um mercado turístico com cada vez mais oferta, mais competitivo e, no qual, as novas tecnologias colocam o turista no centro do fenómeno turístico. Desta forma, é necessário existir uma gestão dos destinos que procure a sua vantagem competitiva, utilizando-o como fator de diferenciação, capaz de conceder ao turista uma experiência autêntica, superando expectativas.

Neste sentido, o presente estudo enquadra-se na visão da interpretação do património enquanto oportunidade para o desenvolvimento de produtos turísticos, capazes de estabelecer uma comunicação única com o turista, permitindo-lhe relacionar-se com o destino de uma forma inovadora, pessoal e enriquecedora, ao envolver-se e influenciar o processo interpretativo. Assim, recorre-se à cidade de Tomar, procurando esclarecer as divisas que têm norteado a sua estratégia turística, através da visão das entidades responsáveis e, dos principais intervenientes no destino.

O município de Tomar, pertence ao distrito de Santarém, na sub-região do Médio Tejo (NUTS III), contabilizando uma população de 40.677 mil habitantes¹, dividida por 11 freguesias, e constitui o objeto de estudo desta investigação. É reconhecida como a cidade templária, devido à sua história, intimamente ligada às ordens monástico-religiosas do Templo e de Cristo, patente no vasto e rico património cultural, legado dos Templários que

¹ Segundo dados relativos aos censos de 2011 (Câmara Municipal de Tomar, 2015).

moldaram a história de uma cidade, mas também de um país. No entanto, apesar de ter a matéria-prima necessária para ser um ponto de referência no turismo português, a sua presença nos típicos itinerários turísticos é rara e o conhecimento relativo à sua relevância histórica é esparso, vivendo a cidade numa aparente apatia relativa ao turismo. É um destino caracterizado por viagens de curta duração, possui uma estada média de 1,5 noites, a mais baixa do Médio Tejo juntamente com Vila Rei, e segundo dados de 2015, as despesas, por habitante, relativas a atividades culturais e criativas são de apenas 14,1€ (Instituto Nacional de Estatística, 2015). De facto, encontra-se uma estratégia turística focada em monumentos específicos (ex. Convento de Cristo) ou eventos particulares da cidade (ex. Festa dos Tabuleiros) e, não numa promoção do destino em todo o seu conjunto, constituindo o ponto de partida e o motivo para a presente investigação.

Desta forma, através da interpretação do património, pretende-se desenvolver um estudo que, partindo da observação e análise das características da estratégia do turismo de Tomar, servisse de base para a futura criação do Centro Interpretativo Tomar Templário, com o objetivo de ser um núcleo revitalizador do destino, tornando-o mais dinâmico, através do envolvimento da comunidade. Assim, define-se a conceptualização da proposta interpretativa, balizando-a a termos corporativos e institucionais, com o objetivo de criar um documento suficientemente explícito para que possa vir a ser utilizado na fundamentação e concretização plena da proposta apresentada neste estudo.

No seguimento do acima exposto, este estudo divide-se em três partes principais. Na primeira parte, é feito o enquadramento teórico, abordando as temáticas associadas à interpretação do património, planeamento interpretativo (capítulo 1) e à utilização dos espaços museológicos como recursos turísticos (capítulo 2). De seguida, são apresentados os factos históricos demonstrativos da importância de Tomar, enquanto centro da presença templária no ocidente. Nesse sentido, referem-se os principais acontecimentos da história

mundial da Ordem do Templo até à sua extinção (capítulo 3) e, a sua presença em Portugal, com destaque para a fundação e desenvolvimento de Tomar (capítulo 4). O objetivo central deste estudo é desenvolvido na terceira parte, iniciando com a caracterização das principais linhas guias da estratégia no turismo de Tomar (capítulo 5), seguindo-se o retrato dos seus principais ativos turísticos (capítulo 6) e, por último, a apresentação do plano de planeamento para a criação do Centro Interpretativo (capítulo 7).

No módulo final, apresentam-se as principais conclusões, retiradas das preposições orientadoras do estudo, centradas na necessidade de ser promovida uma alteração na mentalidade cultural da comunidade e das entidades responsáveis, para que seja possível desenvolver-se um destino turístico promotor da valorização da sua riqueza patrimonial e cultural, através do fomento de uma oferta diversificada, estabelecendo uma relação recíproca entre território, turista e comunidade.

Metodologia da Investigação

As características do presente estudo conferem-lhe a qualidade de estudo qualitativo, tendo sido a recolha bibliográfica o principal método de pesquisa e recolha de informação. Identifica-se três estratégias de investigação que acompanharam o planeamento e redação desta dissertação:

- (I) Recolha bibliográfica;
- (II) Entrevistas e observação direta;
- (III) Elaboração da proposta de planeamento interpretativo.

A **recolha bibliográfica** constituiu a principal fonte de informação e acompanhou toda a investigação. Esta recolha consistiu, numa primeira fase, na pesquisa de conteúdos em linha relacionados com os conceitos de cultura e património. Posteriormente, foram

realizadas consultas presenciais na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Municipal de Tomar – Dr. António Cartaxo da Fonseca, onde a pesquisa se centrou em obras relativas à história da cidade e aos Templários. Destaca-se, aqui, a dificuldade em diferenciar as obras historicamente válidas e aquelas que utilizam um tom especulativo sobre a temática dos templários.

A pesquisa bibliográfica, que baseou a elaboração da proposta interpretativa ocorreu, maioritariamente, acedendo a artigos disponíveis em linha, sendo a oferta ampla e diversificada. A abordagem centrou-se nas seguintes obras: (I) a publicação da Deputación de Barcelona (Izquierdo Tugas, Juan Tresserras, & Matamala Mellin, 2005), *Heritage interpretation centres: The Hiciria handbook*; (II) a obra *Sense of place: An interpretative planning handbook*, de James Carter (2001), sob o patrocínio da Scottish Natural Heritage, e (III) *Interpretation handbook and standard* (Colquhoun, 2005), elaborado pelo departamento de conservação do Papa Atawahai, na Nova Zelândia. O principal critério para a escolha destas publicações prende-se com o facto de terem sido realizadas por instituições ligadas à temática, em contextos distintos, permitindo uma visão mais abrangente do tema.

A **realização das entrevistas** a entidades consideradas relevantes ao estudo e observação direta do espaço da cidade, com foco nos seus principais locais turísticos, consistiu numa estratégia essencial para a investigação. Realizaram-se três visitas, tendo as duas primeiras coincidido com a realização das entrevistas, no dia 20 de outubro e 8 de dezembro de 2016 e por último, no dia 27 de janeiro de 2017.

Inicialmente, foram enviados quatro pedidos, no entanto apenas foi possível a realização das seguintes entrevistas:

- a) À chefe da Divisão de Turismo e Cultura da cidade, por ser o departamento responsável pela promoção turística. A entrevista à Dra. Ana Soares foi feita no dia 20 de outubro de 2016, nas instalações da divisão, na Levada de Tomar;

- b) À direção do Convento de Cristo, essencialmente, por ser o monumento mais visitado na cidade e o mais emblemático da mesma. Neste caso, não foi possível marcar a entrevista com a Dra. Andreia Galvão, atual diretora do conjunto monumental, tendo sido proposto que a entrevista fosse realizada com o Dr. Álvaro Barbosa, antigo diretor do monumento. A entrevista realizou-se no dia 8 de dezembro de 2016, no Convento de Cristo.

As duas entrevistas seguiram uma metodologia de um guião semiestruturado. Em anexo foram colocadas as transcrições das entrevistas (Anexos 1 e 2).

Foi, também, pedida uma entrevista à Presidência da Câmara de Tomar, da qual não se obteve qualquer resposta. Foi feito, ainda, um pedido de entrevista ao responsável da empresa de turismo cultural Caminhos da História, por se considerar poder oferecer uma visão diferenciada sobre a estratégia turística e as potencialidades do turismo de Tomar, porém a sua realização não foi possível por dificuldade de conciliação de datas.

No seguimento destas entrevistas foi feita a análise das principais ideias transmitidas pelos entrevistados, tendo sido feita uma comparação com a publicação *Turismo 2020: Cinco princípios para uma ambição* (Turismo de Portugal, 2015), por constituir uma forte base de comparação para a análise da visão aplicada no turismo da cidade.

A realização de entrevistas inclui, ainda, as realizadas aos núcleos diretivos de centros interpretativos já criados e consolidados, no nosso país, com o objetivo de conhecer as orientações gerais de processos de planeamento interpretativos estabelecidos. Os dois centros interpretativos abordados foram o CIBA (Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota) e o CILT (Centro Interpretativo das Linhas de Torres):

- a) Entrevista CIBA (Anexo 3): elaborada através de um método estruturado, uma vez só ter sido possível a sua resposta via correio eletrónico.

- b) Entrevista CILT (Anexo 4): realizada às Dr.^{as} Maria João Martinho e Maria Adelaide Ferreira, da Divisão de Património e Museus da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que tutela um dos centros de interpretação incluídos no projeto da Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT). A entrevista exigiu a elaboração de um guião não estruturado, tendo sido composta por dois momentos: (1) a explicação do processo de planeamento interpretativo do projeto da RHLT, com foco na criação dos centros de interpretação e, (2) na visita ao centro interpretativo Forte da Casa, que se encontra incluída no conjunto de seis centros interpretativos do projeto intermunicipal. Nesta entrevista, foram facultados documentos oficiais explicativos das orientações que guiaram o PSRVLT (Programa de salvaguarda, recuperação e valorização das linhas de torres).

A apresentação metodológica da **proposta de planeamento interpretativo** teve por base uma análise conjunta das fontes de informação mencionadas, cruzada com os dados obtidos sobre as experiências retratadas nas entrevistas. Desta forma, foram definidos quatro processos centrais orientadores do delineamento da proposta interpretativa, apresentada na terceira, e última parte desta investigação:

- a) Diagnóstico da situação presente – respetiva à pesquisa documental sobre o objeto de estudo, tendo em consideração a história e a identificação do património relevante para a proposta que está a ser delineada. Neste caso, ao longo do estudo é feito o enquadramento histórico das ordens monástico-religiosas da ordem do Templo e de Cristo e, da cidade de Tomar. Já na terceira parte é feito o levantamento do património material e imaterial considerado relevante para o objetivo proposto.
- b) Formulação do plano interpretativo – constitui o corpo do programa interpretativo, no qual se define e são apresentadas as principais características do produto turístico.

- c) Execução – inclui todos os processos que seguem a fase da conceptualização do projeto, permitindo a aplicabilidade prática do Centro Interpretativo. Uma vez não ser o objetivo deste estudo, apenas são referidas as etapas possíveis a delinear e as orientações gerais a concretizar;
- d) Avaliação – o processo o mais relevante, uma vez ser essencial que acompanhe todo o projeto de planeamento, implementação e monitorização. Neste sentido, definem-se os momentos e os meios, a ser usados para a avaliação e acompanhamento de todo o processo de planeamento.

Parte I - Enquadramento Teórico: Interpretação do Património e Planeamento Turístico

Capítulo 1. Compreender e Interpretar o Património

1.1. Cultura e o património cultural.

Entender o património cultural exige a compreensão dos conceitos de cultura e património, que funcionam como basilares na construção da identidade coletiva de um povo. O conceito de cultura, na sua génese latina (*cultos, de colere*), comporta um significado associado ao cuidado do campo e do gado. A partir do Renascimento, o conceito de cultura alarga-se a diversos sentidos, ligando-se ao culto do espírito e do pensamento humano, possibilitando a indivíduos e grupos a sua caracterização, ao traçar as suas raízes representativas (Roque, 2012), verificando-se a passagem de uma ideia de cultura da terra para a cultura do espírito (Cuche, 1999). A primeira conceptualização de cultura surge com Edward Burnett Tylor, no século XIX, que a define como “o conjunto complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (Cuche, 1999), concedendo à cultura uma dimensão coletiva, sendo desta forma a expressão da totalidade da vida social do homem (Roque, 2012).

As origens da palavra património assistem ao latim *patrimonium*, designação dada aos bens recebidos por “herança do pai”, associando-se à esfera privada e familiar, comportando uma dimensão de representação de algo passado, que é transmitido entre as várias gerações.

Com o nascimento dos estados modernos e as revoluções do século XVIII surge o reconhecimento do valor dos monumentos nacionais e, dessa forma, a necessidade de os proteger e preservar, sendo assim feita a primeira associação entre património e cultura (Roque, 2012), ou seja, a compreensão de que os bens culturais deixados pelos antepassados

funcionam como veículos transmissores de memórias, conhecimentos, costumes que nos caracterizam enquanto sociedade e fomentam a identificação coletiva. Desta forma, o património cultural pode ser definido como “a representação simbólica das identidades dos grupos humanos” (Pérez, 2009), sendo uma forma de expressão cultural, que guarda em si marcas do passado, interligando gerações, num sentido amplo e público.

É, neste sentido, que durante a Revolução Francesa, nas Assembleias Constituintes, é reconhecida, nos atos jurídicos, a necessidade de proteger os bens espoliados, que se encontravam então à disposição de todos, sendo um dos primeiros momentos históricos onde se revela a preocupação com o património.

Ao longo do século XX, a necessidade de salvaguarda e proteção do património torna-se numa realidade, cada vez mais, considerada no seio das convenções internacionais, principalmente após os prejuízos da Segunda Grande Guerra, que leva à criação de organismos internacionais, como a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), em 1945, e o ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*), em 1965, com vista à regulação da proteção e conservação do património, numa escala internacional.

Em 1972, a UNESCO elaborou a *Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural*, na qual são descritos, no artigo 1.º, como património cultural (I) os monumentos, como as várias tipologias de obras arquitetónicas, artísticas e naturais que se destaquem pelo seu valor histórico excecional; (II) os conjuntos, como as construções que em virtude das suas características detenham um valor histórico, artístico e científico único; e os (III) locais de interesse, como os locais construídos pelo homem, ou ligados à natureza que demonstrem um valor universal único do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

Apenas no presente século, a UNESCO promulga oficialmente a importância dos bens

inatingíveis como agentes da cultura dos povos, através da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Imaterial, assinada em 2003, onde é consagrada “a importância do património cultural imaterial, crisol da diversidade cultural e garante do desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2003). O artigo segundo desta convenção define património cultural imaterial, da seguinte forma:

Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. (...) transmitido de geração em geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade (...). (UNESCO, 2003 art. 2)

No conceito de património cultural, compreende-se o património como uma forma de expressar a cultura, no entanto, nem toda a cultura pode ser convertida em património, uma vez esta não ser uma realidade circunscrita das populações (Anico, 2005), tendo em consideração as alterações constantes aos nossos modos de estar, agir e pensar, que envolvem o mundo globalizado. A nossa identidade cultural encontra-se em constante mudança e adaptação, fatores que oferecem à sociedade a sua capacidade de evolução e transformação, opondo-se ao carácter permanente e fixo do património (Anico, 2005; Pérez, 2009).

Tal como afirmado por Kirshenblatt-Gimblett (1998), o património deve ser visto como um modo de produção cultural que tem como recurso o passado, representando-o, mas podendo ser analisado aos olhos do presente. O reconhecimento do património cultural só ocorre quando este é ativado, atribuindo-lhe dessa forma uma finalidade e uma dimensão utilitária, que se baseia na identificação simbólica do património, associando-o à formulação

de uma consciência e a um sentimento de grupo, compreendendo a existência de um processo de construção social na base do reconhecimento do património cultural (Anico, 2005; Peralta, 2003). Assim, salienta-se o contributo de Riegl (1987) ao descrever os valores possíveis de atribuir ao património, sendo eles o histórico – associado à memória que esse bem cultural detém de uma época -, estético – baseado no aspeto visual do património-, o valor associado à antiguidade – salienta o sabor do antigo e da vivência que guarda -, ou o valor contemporâneo – através do qual revela utilidade para servir as necessidades do presente.

As preocupações com a sustentabilidade do uso do património também devem ser tidas em consideração, na altura de pensar a sua divulgação e preservação. Neste sentido, inserem-se contributos como o de García Canclini (1999), que realça a importância de ouvir a comunidade, promovendo a sua participação, numa relação de equilíbrio entre as suas necessidades e as da conservação do património, tornando possível a aplicação de uma “política do património cultural de opções claras: primeiro o artesão, depois o artesanato; e, paralelamente, locais com turistas, em vez de locais turísticos” (Perez, 2003).

É essencial reconhecer o valor estratégico que o património cultural assume na política de qualquer país, principalmente no que concerne ao fenómeno turístico. Tal como Kirshenblatt-Gimblett (2001) afirma o património cultural, como produtor de cultura, poderá influenciar a transformação de determinados locais com turistas. No entanto, a atividade turística comporta em si, riscos que convém serem acautelados para que os bens culturais não percam a sua essência, uma vez que se, por um lado, o turismo pode servir como um meio para conservar o património cultural, por outro lado, este fenómeno pode usurpar a verdadeira identidade e cultura de um determinado lugar, criando uma imagem idealizada, restaurada, que não corresponde à sua verdadeira essência, que se deixa absorver pelas vontades económicas e lucrativas do turismo, perdendo a sua autenticidade.

Desta forma, a interpretação do património revela ser um meio para reabilitar a oferta

turística, sendo capaz de oferecer ao visitante a oportunidade de compreender e experienciar os significados por detrás do que o olhar vê, estabelecendo, assim uma relação autêntica entre património e visitante.

1.2. Interpretação do património – princípios e abordagens.

A interpretação, enquanto método para a conservação e preservação do património, tem nas suas origens a preocupação com o património natural, associada à criação dos primeiros parques naturais, nos Estados Unidos da América, nos finais do século XIX, alargando posteriormente para a inclusão da generalidade do património (Izquierdo Tugas, Juan Tresserras, & Matamala Mellin, 2005).

A primeira definição oficial de interpretação deve-se a Freedman Tilden, em 1957, na obra *Interpreting our heritage*, apresentando a interpretação como a “atividade educativa, que tem por propósito revelar significados e relações através do uso de objetos originais, experienciados, em primeira mão, pelos próprios visitantes e por meio de uma multiplicidade de meios interpretativos, ao invés da simples comunicação de dados factuais” (Tilden, 1957, p. 8).

A visão de Tilden, deriva do seu trabalho na interpretação de paisagens como o Grand Canyon ou o Yosemite National Park, no qual revela o seu entusiasmo e convicção no quão importante é conservá-los, demonstrando o “trabalho de revelar, ao visitantes como o desejo de servir, algo da beleza e maravilha, a inspiração e o significado espiritual, existente por detrás do que o visitante consegue com os seus sentidos perceber”(Tilden, 1957, pp. 3–4). Tal como Carter (2001) defende, existe um lado emocional e imaginativo associado ao método interpretativo.

Na visão de Aldrige (1972), a interpretação é vista como uma arte explicativa do significado de um lugar, tendo como objetivo base transmitir a necessidade da sua

conservação, e que deve implicar o estímulo de todos os nossos sentidos. Acima de tudo, a interpretação confere a oportunidade da vivência de um conjunto de experiências que terão um significado na vida do visitante (Izquierdo Tugas et al., 2005), procurando, ao mesmo tempo, ser uma resposta social ao uso do património cultural, numa lógica de comunicação e gestão dos recursos (Pérez, 2009), combinando “necessidades e recursos com os desejos dos visitantes e os interesses da comunidade onde está inserida”(Carter, 2001, p. 5).

É importante realçar o contributo de Uzzell (1998), que encontra uma interpretação demasiado associada ao passado, devendo procurar interligar-se com o futuro, e usá-la como uma “força de mudança” na sociedade moderna.

Na base da interpretação que liga um determinado património ao visitante, encontra-se a comunicação. É através desta que a mensagem é transmitida, provocando ideias, emoções e revelando novas visões sobre um determinado lugar ou evento, justificando a necessidade de conservação e oferecendo ao visitante uma experiência distinta (Carter, 2001). É, por isto, necessário ter em consideração alguns princípios base, que sustentam o método interpretativo, definidos por Tilden (1957): (I) a interpretação deve considerar as características dos visitantes; (II) ter em conta que a informação em si, não é interpretação. A interpretação é a revelação com base na informação; (III) que é uma combinação de artes, que deve ser ensinada com imaginação; (IV) que o seu objetivo principal é a provocação; (V) devendo apresentar o todo, em vez das partes; (VI) e, quando for dirigida às crianças, deve possuir uma abordagem própria e diferente da usada para os adultos.

Em 2008, é definido, pela Assembleia Geral do ICOMOS, a *Charter for the interpretation and presentation of cultural heritage sites* (Anexo 5), tendo como objetivo central “definir os objetivos e princípios básicos da interpretação local, em relação com a autenticidade, integridade intelectual, responsabilidade social e respeito pelo contexto e significado cultural” (ICOMOS, 2008), definindo sete princípios orientadores, nos quais se

devem basear a interpretação, em qualquer dos meios que for exposta: (I) o princípio da acessibilidade física e intelectual para todos; (II) a garantia da fiabilidade científica das fontes de informação; (III) a atenção às configurações e contextos que compõem o ambiente que rodeia o património cultural; (IV) a preservação da autenticidade; (V) o planeamento sustentável; (VI) a preocupação com uma política colaborativa entre profissionais, comunidades e *stakeholders*; e por último, (VII) o princípio que realça a importância da contínua pesquisa, formação e avaliação (ICOMOS, 2008).

Como destaca Ham (2002), o grande desafio da interpretação é encontrar e determinar qual ou quais as histórias que queremos contar sobre um determinado local, tendo em mente que existe sempre uma história possível de ser contada, basta olharmos a interpretação com sensibilidade e criatividade na hora de a planearmos.

1.3.Planeamento interpretativo

Ao iniciarmos um plano interpretativo é essencial pensar qual o uso social que se pretende atribuir ao património cultural (Pérez, 2009), uma vez que o desejo de interpretar algo deve surgir como solução para um determinado problema, ou para suprir uma falta identificada na utilização do património cultural e na sua exploração como produto. Em suma, a interpretação requer a promoção de um equilíbrio entre as necessidades do visitante, da conservação do lugar, dos desejos de quem está a produzir, o plano interpretativo e dos indivíduos que compõem a comunidade (Carter, 2001).

A decisão de interpretar comporta um lado subjetivo exigindo, em primeiro lugar, o reconhecimento, da parte de alguém, da existência de algo especial e merecedor de ser transmitido, pois só assim o indivíduo será capaz de transmitir aos outros a importância daquele lugar (Carter, 2001).

A partir daqui, é necessário iniciar-se o planeamento concreto das etapas necessárias neste processo. Em primeiro lugar, deve sustentar-se o plano interpretativo através do diagnóstico do objeto da interpretação, imprescindível a qualquer projeto de património cultural, uma vez ser a investigação preliminar a criadora do conteúdo dinamizador da interpretação (Izquierdo Tugas et al., 2005).

Este conteúdo determina os temas que irão orientar a interpretação, que devem responder às seguintes questões (Carter, 2001):

1. O que é que se está a interpretar?
2. Porquê interpretar este património?
3. Para quem iremos interpretar?

Na primeira, identifica-se o que vamos interpretar, para depois serem esclarecidas as características inerentes ao património que justificam a necessidade da sua interpretação e, por último, o estudo e a compreensão do público-alvo (Carter, 2001, 2008).

Após a formulação do nosso contexto interpretativo, impõe-se a conceptualização do plano de interpretação, que Morales (1998) analisa como um processo racional, no qual são formulados objetivos. Nesta fase, devem ser evidentes: a mensagem a ser transmitida; os meios e serviços interpretativos utilizados; os agentes envolvidos no projeto, compreendendo, não só a equipa de planeamento que deverá acompanhar todas as fases do planeamento, garantindo a manutenção da visão original (Carter, 2008), como também a colaboração com profissionais, instituições relevantes e a comunidade.

A escolha dos meios interpretativos é um processo importante, uma vez ser através destes que a mensagem será transmitida ao público. Devem ser considerados vários fatores na seleção destes meios, definidos em dois grupos principais (Vd. anexo 6, o quadro de comparação entre as duas tipologias de meios interpretativos): (I) Atividades de interpretação

pessoal/guiada, e (II) interpretação autónoma. Dentro destes grupos podemos encontrar as seguintes modalidades interpretativas (Colquhoun, 2005):

- Interpretação pessoal (I) – Este meio interpretativo compreende todas as formas que exigem a participação de alguém no processo comunicativo com o visitante. Inclui, desta forma, visitas guiadas, roteiros culturais, ou outras formas, como, por exemplo, performances teatrais (Fáilte Ireland, 2010).
- História-viva (I) – Através destes projetos é possível demonstrar os costumes de uma determinada época, ou reproduzir um evento histórico, dando vida à história, potenciando um envolvimento com a audiência e uma diferente forma de experienciar e aprender (De Groot, 2016). No entanto, esta forma interpretativa tem sido alvo de críticas, uma vez que ao procurar ser autêntico, acaba por perder toda a autenticidade ao não ser possível conhecer por completo modos de vida e costumes de uma determinada época histórica, contribuindo para a comercialização da história, retirando a autenticidade dos locais (De Groot, 2016; Timothy, 2011)
- Publicações e painéis informativos (II) – Inclui todos os materiais impressos, como brochuras, guias, folhetos e catálogos, permitindo a leitura de diversa informação. No entanto, numa era dominada pelas novas tecnologias, poderá não captar a devida atenção dos visitantes (Fáilte Ireland, 2010). Já os painéis informativos oferecem, ao longo da exposição, a informação base que permitirá a interpretação por parte de cada um.
- Audioguias (II) – São uma forma portátil para a interpretação, que permite ao utilizador seguir o seu ritmo na visita, com opção linguística beneficiando utilizadores estrangeiros (Timothy, 2011). No entanto, são materiais que exigem uma manutenção regular, podendo acarretar custos elevados, também para o seu aperfeiçoamento (Colquhoun, 2005).

- Novas tecnologias (II) – Permitem a utilização de formas inovadoras de providenciar interpretação, como painéis interativos, as visitas virtuais, soluções *high tech*, e diversas ferramentas de audiovisuais que permitem oferecer ao visitante um conjunto de experiências imersivas e a oportunidade de ser o seu próprio guia na interpretação (Timothy, 2011). É um meio interpretativo que acarreta elevados custos e conhecimentos especializados para a sua concretização.

A fase seguinte direciona-se para a execução e implementação do programa interpretativo, anteriormente, delineado. Durante todo o processo, é essencial a aplicação de momentos de avaliação e monitorização, para a compreensão da visão do público sobre a experiência interpretativa. Estes processos auxiliam a compreensão e valorização dos pontos fortes da interpretação e, principalmente, no reconhecimento das suas falhas, para que se possa aplicar uma gestão adaptável, eficiente e flexível (Timothy, 2011).

No caso do presente estudo, realçam-se os centros interpretativos, enquanto resultado possível a uma planificação interpretativa. São definidos como “estruturas especialmente criadas para a avaliação do património cultural e / ou natural de uma determinada área e a sua transformação num produto educacional, cultural ou turístico”(Izquierdo Tugas et al., 2005). Estes espaços oferecem a oportunidade de construção de várias perspetivas, ao permitirem desenvolver com cada indivíduo uma interpretação pessoal sobre determinado património cultural ou natural, enriquecendo a experiência e conhecimentos de cada visitante.

O destino turístico deve olhar estes projetos interpretativos como oportunidades de impulsionar o turismo da região, ao permitirem unir um conjunto de interesses diferenciados, influenciando na construção de um turismo sustentável e cívico, que se relaciona com o público, tendo em conta as suas necessidades. Ao investir na história de um local, procura repensar a economia através de uma visão, que não se deixe cegar pelos lucros, mas sim associada a um planeamento turístico que procure políticas restauradoras (Carter, 2008),

cumprindo os seus objetivos de conservação, e a provocação de emoções e experiências autênticas, acessíveis a todos.

Capítulo 2 – Os Destinos Turísticos e o Planeamento dos Recursos Turístico-Culturais.

A proliferação de novos destinos, que procuram no turismo a alavanca para o seu crescimento e desenvolvimento económico, traz a necessidade de planeamento e gestão eficaz de todos os elementos que compõem o sistema turístico (Pavan, Biz, & Thomaz, 2014), procurando exaltar a autenticidade do local, de forma a diferenciar-se no mercado.

De facto, como realçado por Sardo e Estevão (2009), a incapacidade dos destinos em formularem uma estratégia turística diferenciadora torna-os incapazes de oferecer experiências inovadoras, que se oponham à superficialidade turística. Desta forma, tornou-se necessário criar organizações que gerissem a ação turística, procurando uma política diferenciadora e sustentável, ou seja, as DMO (*Destination Management Organization*), responsáveis pela “gestão e promoção do destino turístico e pelas atividades de integração, cooperação e coordenação a um nível público-privado” (Pavan et al., 2014). Como defendido pela OMT (Organização Mundial do Turismo), as comunidades que aplicam um processo rigoroso de planificação, execução, avaliação, através da aplicação de etapas lógicas, conseguindo uma interação entre os vários elementos e atores do sistema turístico, conseguirão obter uma taxa de êxito mais elevada (cfr. Sardo & Estevão, 2009).

Neste sentido, será fundamental pensar o planeamento dos recursos turístico-culturais e dos espaços museológicos.

2.1. Definição e funções atribuídas ao espaço museológico

Desde os primórdios da humanidade que o homem demonstrou a necessidade de colecionar objetos representativos dos seus costumes e cultura, como forma de os salvar e preservar para o futuro (Mendes, 2013). No entanto, apenas podemos datar o nascimento do museu moderno, tendo em consideração as funções de aquisição, estudo, salvaguarda, exposição e divulgação dos bens, nos finais do século XVII e inícios do século XVIII, muito devido aos impactos do surgimento das ideias nacionalistas enquadrado nos pensamentos impulsionados pelo Iluminismo (Roque, 2012).

A história do museu remonta à Antiguidade Clássica, ao termo grego *museion*, considerado o *templo das musas*², local para o culto e valorização das artes ligadas ao espírito do homem.

No período do Renascimento, no qual se descobre o valor da arte antiga, institucionaliza-se a coleção, à medida que as principais famílias italianas expunham, em galerias, as suas obras de arte, implicando grandes riquezas, numa evidente ostentação das classes superiores (Harambourg, 2013).

Os ideais iluministas centrados no homem, nas artes, ciências e na educação, acompanhadas pela consolidação da ideia de estado nação, no qual o indivíduo se projeta perante um grupo unitário (Roque, 2012), influenciam o nascimento de um museu de espírito

² O *templo das musas* funcionava como um local de culto às artes e ciências representadas pelas nove musas da mitologia grega, mencionadas na obra de Homero, a *Odisseia*, mas apenas definidas com Hesíodo, apesar de existirem algumas divergências quanto as atribuições dada a cada uma das musas, no entanto a corrente mais aceite é a seguinte: Calíope (poesia épica); Clio (história); Érato (poesia lírica); Euterpe (música); Melpômene (tragédia); Polímnia (retórica); Tália (comédia); Terpsícore (dança); Urânia (astronomia) (Covaleski, 2012).

moderno e fins educativos, com a sua primeira expressão no museu Ashmolean da universidade de Oxford, criado a partir da coleção de John Tradescant (Schaer, 1993).

No entanto, são os ideais nacionalistas, no período revolucionário, que ditam a abertura do património artístico à comunidade. Exemplo disto foram os decretos saídos das Assembleias Gerais, em tempos da Revolução Francesa, nos quais as coleções reais do Louvre são transformadas no Museu Central das Artes, numa época em que os saques e a destruição foram constantes, sendo uma solução para a preservação dos bens, que se tornam parte de todos (Harambourg, 2013).

No século XIX, o sucesso dos museus torna-se evidente no seu público, tornando-se as doações a sua principal fonte de rendimento, impulsionando o surgimento de novos museus no final do século (Schaer, 1993). Já nos inícios do século XX, começam a surgir interrogações sobre as funções e o público do museu, começando a ver-se neste espaço “uma máquina para preservar e expor as obras de arte” (Harambourg, 2013, p. 3), desafiando todas as conceções de museu, que ocorrem num mundo que se encontrava em constantes mudanças e profundos desafios. Assim, em 1946, é criado o ICOM (International Council of Museums) que irá definir o conceito de museu, tendo o mesmo sido atualizado diversas vezes.

Atualmente, a definição consensual é a proclamada na Assembleia de Viena, em 2007:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o património tangível e intangível da humanidade e do seu ambiente para fins de educativos, estudo e prazer. (ICOM, 2007)

Nesta definição, podemos encontrar algumas funções essenciais que devem ser assumidas pelos espaços museológicos:

- a) Aquisição e conservação de objetos e coleções associados ao património cultural;
- b) Constante pesquisa e investigação;

- c) A exposição do património cultural tangível e inatingível, representativo da cultura, garantindo a acessibilidade a todos os visitantes;
- d) O papel de divulgação do património e de comunicação com a comunidade envolvida;
- e) O papel educativo e pedagógico implementado nas exposições e em todas as atividades desenvolvidas pela instituição;
- f) Lazer e o turismo cultural.

A criação de museus como o Guggenheim, em Nova Iorque, ou o Centre Georges-Pompidou, em Paris, demonstram a mudança na forma de perceber a relação entre o visitante e a exposição. O primeiro marca uma nova era, ao valorizar-se a utilização de estruturas inovadoras, já o segundo, é uma resposta à tentativa de esbater as barreiras entre comunidade e o museu, ao criar um espaço inovador, englobando no seu conjunto, para além do centro de artes, uma biblioteca e centro de investigação, tornando-o num complexo multicultural. É, ainda notório, a procura de novas formas de conservação, numa perspetiva de prevenção, e ainda uma nova visão sobre o museu, enquanto veículo de comunicação e aprendizagem (Mendes, 2013).

Na atualidade, os museus assumem uma posição relevante no fenómeno turístico, ao serem pontos de atração e, muitas vezes, núcleos dinamizadores do turismo local. Como realça Pérez (2009), se olharmos esta ligação entre museu e turismo, a mesma tem sido fundamental na produção de cultura e património cultural, é por isso considerado como um espelho da comunidade, que a ajuda na descoberta de quem é, de onde vem e para onde vai, sendo notória a metamorfose que sofreu, passando de veículo de instrução do público, para existir em função de um público (Pérez, 2009), que precisa de conhecer para ser capaz de o satisfazer.

2.2. O espaço museológico e o fenómeno turístico

A atividade turística encontra-se em constante crescimento é por isso, fundamental que os museus procurem desenvolver políticas que respondam às necessidades do seu público. Neste sentido, é necessário conhecer os seus visitantes, tendo em consideração que cada pessoa cria a sua experiência, e interpreta de forma diferenciada, consoante a sua personalidade (Roque, 2015). Assim, temos um público diversificado, sendo fundamental a criação de um espaço que seja capaz de proporcionar diferentes formas de interpretação, seguindo a afirmação de George Brown Good, em 1888, “o que conta não é o que um museu tem, mas o que pode fazer com aquilo que tem” (cit. in Mendes, 2013). É essencial que o museu se transforme num veículo de comunicação com o visitante, proporcionando experiências com um traço emocional e apelando a todos os nossos sentidos, de forma a transmitir uma mensagem e a deixar uma marca em cada pessoa, pois só assim será garantido o sucesso da instituição (Roque, 2015).

Tendo em consideração a relação do espaço museológico com a sociedade, é fundamental que este desenvolva uma política sustentável e, essencialmente, acessível. É, neste contexto que o contributo de Ricart (2003) é relevante, ao descrever as funções externas que devem ser assumidas, tendo em conta o conceito de acessibilidade, ao qual se encontram subordinadas cinco categorias, apresentadas nos seguintes pontos:

1. Acessibilidade física – Neste campo, entram as preocupações com os acessos no espaço em si, com a adequação do espólio em exposição e das estratégias de interpretação aos diferentes públicos com necessidades especiais;
2. Acessibilidade pedagógica – Como Ricart (2003) defende, permite-nos fazer leituras diversas de um mesmo conteúdo, de forma a obtermos um uso mais dinâmico do património

3. Acessibilidade para a investigação – Estes espaços devem considerar os públicos especializados, fortemente relacionados com as vertentes científicas e de investigação, proporcionando as condições necessárias de acesso, acompanhamento e colaboração com estes públicos;
4. Acessibilidade laboral – Para a existência de um espaço museológico inovador é fundamental incluir nos seus recursos humanos especialistas nas áreas do marketing – para um departamento de imagem e comunicação-; da educação – responsável pelo desenvolvimento do serviço pedagógico / educativo – e técnicos de turismo, são alguns exemplos.
5. Acessibilidade ao turismo cultural – Esta categoria relembra que muitos dos visitantes destes espaços são turistas, por isso é fundamental, que exista uma preocupação no desenvolvimento de estratégias para a captação e fidelização dos fluxos turísticos, reconhecendo esta necessidade, os gestores destes espaços promovem o delineamento de estratégias para a conversão de espaços museológicos em recursos turísticos.

Ao ser reconhecido o papel que estes espaços podem desempenhar na estratégia turística de um local e no seu desenvolvimento, estamos a dar os primeiros passos, para termos recursos que ofereçam ao seu visitante uma experiência única e reveladora, protegendo e conservando o património, numa lógica inclusiva da comunidade e sustentabilidade.

Parte II – A Ordem do Templo e a Presença Templária em Portugal

Capítulo 3 – A Ordem do Templo: Nascimento, Ascensão, Condenação e Extinção.

Nas origens da Ordem do Templo, esteve a reconquista da cidade de Jerusalém pelos reinos cristãos, no ano de 1099. Após o apelo de Papa Urbano II, no Concílio de Clermont, para a realização de uma cruzada na luta contra os que eram, na altura, considerados os “infiéis”, invocando o juramento da fé e da honra perante Deus, apelando à luta em nome da cruz e pela salvação da terra santa (Capêlo, 2008).

No ano de 1118, pela iniciativa de Hugo de Payns e Godofredo de Sant Omer, juntamente com mais sete cavaleiros, foi fundada a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão. Sob a proteção de Balduino II, rei de Jerusalém (1118-1131), tinham a missão de vigiar e proteger os peregrinos na sua demanda até à cidade de Jerusalém. Ao ingressarem na ordem, tinham que prestar um voto de obediência, castidade e pobreza.

No mestrado de Hugo de Payns, primeiro mestre-geral, a Ordem do Templo recorreu aos reinos cristãos do ocidente para obter mais apoios. Em 1128, no Concílio de Troyes, a igreja de Roma reconheceu oficialmente a Ordem do Templo. Durante este concílio foi, ainda, apresentada a Regra do Templo, influenciada em S. Bernardo, tendo este sido um grande defensor da nova ordem, descrevendo, no Tratado *De laude novae militiae*, os cavaleiros templários como monges-guerreiros duplamente armados pela sua fé e espírito guerreiro (Sucena, 2008b). Os templários tomaram como insígnia o salmo de David – *Non nobis, Domine, non nobis, sed Nomini Tuo da gloriam*³ - presente no seu estandarte e que orientava as ações da ordem.

³ Tradução livre do latim – Não a nós, Senhor, não a nós, mas para a glória do Teu Nome

No ano de 1139, através da bula *Omne datum optimum*, do Papa Inocêncio II, foram concedidos à ordem relevantes privilégios, como a isenção de pagamento da dízima, o direito à decisão autónoma para a construção de igrejas e na nomeação dos seus capelães. Mais tarde, foi-lhes concedido, pelo Papa Eugénio III, o privilégio de utilizarem ao peito a cruz pátea vermelha, com as extremidades das pontas côncavas.

Desta forma, a Ordem do Templo foi conquistando uma posição relevante no seio da sociedade medieval, respondendo apenas perante o Papa. Tendo participado ativamente na reconquista cristã do ocidente, construiu, ao longo dos anos, um importante poderio económico, sendo por isso que muitos governantes europeus chegaram a pedir empréstimos à ordem (Silva, 2001), para além da ajuda dada pelos cavaleiros na defesa dos territórios, como foi o caso do reino português.

No oriente, os Templários sofreram uma pesada derrota na batalha de Hattin, em 1187, provocando a perda de Jerusalém. Esta pesada derrota marcou o início de uma das mais profundas crises vividas pela Ordem do Templo, que culminou na queda de São João de Acre, em 1291, e na saída da Ordem dos reinos do oriente. Perdia um dos propósitos basilares da sua fundação – a defesa da Terra Santa.

Os inícios do século XIV foram marcados pelo processo que levou à condenação e extinção da Ordem do Templo, pelas mãos do rei francês, Filipe IV, o Belo.

O julgamento dos Templários deve ser visto, levando em conta a posição privilegiada, que a Ordem assumia perante a Santa Sé, mas principalmente, pelo poder económico que foi adquirindo no seio dos reinos ocidentais (Sucena, 2008b). Dessa forma, com o apoio do Papa Clemente V, no dia 13 de outubro de 1307, foi divulgada a ordem de prisão aos cavaleiros templários, em toda a Europa. A Ordem do Templo foi julgada sob acusações de adoração a objetos satânicos, prática de sodomia, corrupção, negação à cruz na realização da cerimónia

de receção de um novo cavaleiro, entre muitas outras. Todo o processo, que levou à extinção da Ordem, foi visto no resto dos reinos europeus com alguma reticência.

No dia 22 de março de 1312, o papa Clemente V, através da bula *Vox in Excelso*, condenou à extinção a Ordem dos Cavaleiros do Templo. No mesmo ano, ordenou a transferência de todos os bens da Ordem, para a Ordem do Hospital, exceção feita aos reinos de Portugal, Maiorca, Aragão e Castela que, numa ação diplomática encabeçada por D. Dinis, rei de Portugal, conseguiram a autorização papal para que os bens templários fossem transferidos, temporariamente para a coroa, sob a justificação da pretensão de serem criadas novas ordens.

Jacques de Molay, último mestre da ordem, apesar de ter renegado todas as acusações feitas aos templários, defendendo a santidade e pureza da ordem do templo, foi condenado à morte no ano de 1314, o que sentenciou o fim da Ordem dos Cavaleiros do Templo (Amarante, 2011).

Atualmente, é consensual que as acusações dirigidas aos templários revelam uma adulteração do real valor das simbologias e práticas templárias e que surgiram de um único objetivo: extinguir a ordem. Tal como afirma Gama Barros (1950), o julgamento dos templários resultou de uma maquinação de Filipe IV, na consequência da perda da Terra Santa e o progressivo enfraquecimento da Ordem, tendo o monarca visto a oportunidade para solucionar a crise financeira do reino, procurando, ainda, o reforço do seu poder real perante o Papa.

A ação do rei D. Dinis possibilitou que a memória templária, os conhecimentos e os objetivos da Ordem do Templo, ressurgissem com a criação de uma nova ordem militar – a Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo – em Portugal.

Capítulo 4 - A presença templária em Portugal

Em Portugal, os primeiros testemunhos da presença da Ordem do Templo, datam do ano de 1128, quando D. Teresa concedeu o castelo de Soure aos templários, demonstrando o seu apoio à causa dos cavaleiros e construindo as bases para uma relação que viria a ser essencial para a construção do futuro reino português (Barroca, 1996). No entanto, foi apenas no reinado de D. Afonso Henriques que a presença e a ação da Ordem começam a deter maior relevância. A conquista de Santarém e Lisboa, no mesmo ano de 1147, foram acontecimentos cruciais para os templários portugueses. Aliás, na sequência da conquista da cidade de Santarém, o rei assina a doação do eclesiástico da cidade aos Templários, como recompensa pelo esforço e auxílio na sua conquista. Esta doação deu início a um intenso conflito com o bispo de Lisboa, que considerava pertencerem a si os direitos de Santarém. A resolução deste conflito decorreu no mestrado de D. Gualdim Pais, cavaleiro português, que ingressou na segunda cruzada. Terá regressado ao seu país entre 1156-1157 e, com ele, iniciou-se o período áureo da presença templária em território português (Barroca, 1996), marcado pela fundação da cidade que veio a ser a casa-mãe da Ordem – a cidade de Tomar.

4. 1. A afirmação da Ordem do Templo: fundação de Tomar

Durante o mestrado de D. Gualdim Pais, a Ordem do Templo afirmou-se no reino português. Solucionou o conflito de Santarém, ao prescindir dos direitos eclesiásticos, tendo sido recompensada por D. Afonso Henriques, através da doação do território de Ceras e seus termos, para aí ser construído um castelo que beneficiasse a defesa do território, principalmente, a cidade de Coimbra (Paraschi, 1986). No entanto, o castelo acabou por ser

construído, em terras próximas num monte, na margem contrária, ao rio que banhava as ruínas da antiga vila romana de *Sellium*.

Assim, no dia 1 de março de 1160⁴, iniciou-se a construção do castelo, marcando a fundação da futura cidade de Tomar. Esta construção prolongou-se por cerca de uma década, período no qual o mestre-geral alojou os cavaleiros num antigo mosteiro beneditino, existente da época da presença dos visigodos (França, 1994), atualmente conhecido como a igreja de Santa Maria dos Olivais. No espaço do castelo, a noroeste foi construída a charola – “um espaço central com oito ângulos e uma nave envolvente poligonal de dezasseis lados”(Santos, 2008, p. 2), que se crê ter sido construída à imagem do Santo Sepulcro, em Jerusalém (Barbosa, 1991) e, que serviu de oratório aos Templários.

A escolha de Tomar para a construção do castelo tem sido associada a diversos motivos, a maioria relacionando-a com o misticismo templário. No entanto, motivos evidentes reportam à sua localização estratégica, entre Olissipo e Bracara⁵ e, à posição privilegiada que o castelo assumiu na defesa de Coimbra (França, 1994; Silva, 2001). Sob a proteção das muralhas, nasceu a primeira população expandindo-se, ao longo do tempo, até à vila de baixo, onde já existia a corredoura⁶, local de treinos dos cavaleiros do Templo, difíceis de realizar num terreno acentuado como o do castelo (Costa Rosa, 1991). Em 1162, Gualdim Pais concedeu o foral aos habitantes de Tomar, demonstrando assim, o papel de povoamento do território, assumido pela Ordem.

⁴ Feriado municipal em Tomar, no qual se comemora a fundação da cidade.

⁵ Denominação romana dada às cidades de Lisboa e Braga, respetivamente.

⁶ Atualmente, a corredoura é a principal avenida de Tomar (Av. Serpa Pinto), que liga a Praça da República à ponte velha, unindo as duas margens do nabão. O seu nome deve-se, ao facto de ali, os templários fazerem “correr as lanças”, referindo-se à prática de exercícios militares (Costa Rosa, 1991).

O período de governação de Gualdim Pais foi marcado por sucessivas doações, contribuindo para o delineamento de uma linha defensiva no Tejo, com vista à proteção do castelo de Tomar. Esta linha foi composta por locais como a torre de vigia na Atalaia, a torre pentagonal de Dornes, o Castelo de Pombal, em 1158, o castelo do Zêzere, da Cardiga e, em 1171, foi construído o Castelo de Almourol (Paraschi, 1986). As doações, que surgiram num contexto de conquista de territórios para a expansão do reino português, são o reflexo da gratidão do rei pelo auxílio dos Templários. Em 1169, D. Afonso Henriques outorgou um documento, no qual declarava que uma terça parte de todos os territórios conquistados além-Tejo, pelos Templários, passariam a estar sobre o domínio da Ordem, sob a condição da utilização dos rendimentos ser em detrimento de Deus e do rei (Barroca, 1996). Tornou-se evidente a crescente estima e respeito que a Ordem assumia perante o rei, impulsionando o processo de construção de Portugal através, não só do seu poder militar, como espiritual e territorial.

A cidade de Tomar tornou-se a casa-mãe da Ordem do Templo, sendo ainda, um exemplar dos progressos arquitetónicos implementados pelos Templários, em Portugal. Neste sentido, a torre de menagem do castelo de Tomar foi o primeiro exemplar, em Portugal, e a primeira utilização do alambor, no ocidente, construído em toda a linha da muralha exterior da fortificação e do castelo (Barroca, 1996). No ano de 1190, a cidade foi cercada pelas tropas almóadas, que acabaram por sair derrotadas perante a resistência templária, encabeçada por D. Gualdim Pais. O mestre faleceu no ano de 1195, tendo sido sepultado na igreja de Santa Maria dos Olivais, panteão da Ordem do Templo.

4.2. A Ordem de Cristo: a expansão marítima e o desenvolvimento de Tomar.

A reconquista cristã e a formação de Portugal, continuou até ao reinado de D. Dinis, durante o qual ficaram definidas as fronteiras do reino de Portugal e dos Algarves. No entanto, e apesar de finalizada a reconquista, o papel dos Templários no reino continuou a ser essencial, uma vez que, tal como afirma Verissimo Serrão (1990, p. 257) “os cavaleiros do Templo eram, pois, instrumentos da política de consolidação nacional que o monarca queria levar a efeito”, justificando a forma como o rei D. Dinis respondeu ao processo, que iniciava em França, para o julgamento e a condenação da ordem do Templo.

O rei português, defensor da inocência dos Templários, desenvolveu uma ágil estratégia política, na qual, ao mesmo tempo que ordenava a prisão dos Templários, seguindo as ordens do Papa, estabeleceu um acordo com o rei de Castela e de Aragão, para a proteção dos reinos ibéricos da supressão da Ordem do Templo. Desta forma, conseguiu a permanência dos bens dos Templários, ao depositá-los, temporariamente, na posse da coroa portuguesa (Amarante, 2011). Estes bens foram transferidos para a Ordem de Cristo, a nova ordem monástico-militar criada, no dia 14 de Março de 1319, através da bula *Ad e a exquibus*, do Papa João XXII.

A Ordem de Cristo apresentou-se com os propostos de luta contra o infiel, seguindo os ideais da cristandade ocidental (Sousa, 2002). Gil Martins foi nomeado mestre da Ordem, pelo Papa João XXII, pela bula *Ad ea ex-quibus*. Segundo a bula de fundação, a nova milícia passava a responder perante a regra da Ordem de Calatrava, estando sobre a jurisdição do Abade de Alcobaça (*Definições & Estatutos dos cavalleyros e freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo*, 1717).

A sede da ordem foi transferida para a cidade de Castro Marim, localizada no ponto estratégico de defesa do território, tendo sido uma forma de justificar diplomaticamente a

criação da nova ordem (Sousa, 2002). Mais tarde, já no reinado de D. Afonso IV, a sede da ordem foi recolocada na cidade de Tomar (1356).

A ação de D. Dinis e, consequentemente, a fundação da Ordem de Cristo permitiram que, anos mais tarde, fosse possível o planeamento da expansão marítima portuguesa, justificando a presença da cruz de Cristo⁷, símbolo da Ordem, nas velas das embarcações portuguesas no tempo dos descobrimentos.

A conquista de Ceuta, em 1415, foi o ponto de partida para a incursão deste empreendimento, à qual muito se deve o empenho e a ação do Infante D. Henrique, nomeado, em 1420, administrador geral da ordem de Cristo. Neste momento, passou a residir, em Tomar, iniciando assim a adaptação do antigo reduto templário, no castelo de Tomar, para a construção dos seus paços, iniciando a construção do espaço do Convento de Cristo. Foi com o apoio financeiro e de conhecimentos da Ordem de Cristo, que o infante D. Henrique impulsionou a epopeia dos descobrimentos (Rosa, 1991). Assim, promoveu reformas na ordem, atribuindo-lhe uma dinâmica espiritual, conseguida através da introdução de um ramo de freires contemplativos, com o objetivo de formação para a evangelização e povoamento dos novos territórios conquistados. A Ordem de Cristo ganhou uma dimensão profundamente espiritual, crescendo a sua importância nas navegações marítimas (Convento de Cristo, 2016). Mais tarde, a Ordem foi agraciada com o direito de povoamento dos novos domínios, pela bula concedida pelo Papa Alexandre VI, sendo a igreja de Santa Maria dos Olivais honrada com o prestígio de sede apostólica das novas terras e igrejas, até que nas mesmas, fossem criadas dioceses próprias (Veloso, 2012).

⁷ A cruz de Cristo apresenta uma forma com hastes simétricas e com uma cruz branca que sobrepõe a cruz vermelha.

Durante a governação do Infante, a vila de Tomar assistiu ao desenvolvimento e definição do seu traço urbano, principalmente, da atual zona histórica, sendo visíveis as diferenças ao compararmos com a feição urbana nos tempos dos primeiros Templários (Figuras 1 e 2). Na época henriquina procedeu-se ao alargamento da corredoura, iniciou-se o planeamento da atual praça da República, reformando a antiga capela de S. João, com recurso ao estilo gótico, ainda longe das linhas que definem a fachada atual da igreja. Atento aos problemas das margens do rio, efetuou a regularização do Nabão, criando dois braços fundos no canal, entre os quais formou uma pequena ilha, hoje conhecida como o Mouchão, ação que permitiu acabar com meandros e juncais prejudiciais à saúde da população. Procedeu, ainda à regularização dos açudes⁸ (Rosa, 1991).

O infante procurou dotar de dinamismo a casa-mãe da Ordem, promovendo a realização de diversas feiras e mercados, beneficiadas pela localização da vila, no centro da estrada real entre a cidade de Lisboa e do Porto. Dessa forma, justificou-se a construção de uma hospedaria para albergar os feirantes e todos os visitantes da vila, incluindo os familiares do infante, foi com este objetivo iniciada a construção dos Estaus (Anexo 7), que permaneceram inacabados até ao tempo presente (Rosa, 1991).

⁸ Os açudes foram criados pelos nos primórdios da presença templária na cidade de Tomar, para o desvio do rio para o canal conhecido, hoje, como a levada. Estas infraestruturas tinham como objetivo o aproveitamento da força matriz da água para o fornecimento de energia aos moinhos e lagares do rei (Mendes, 2011)

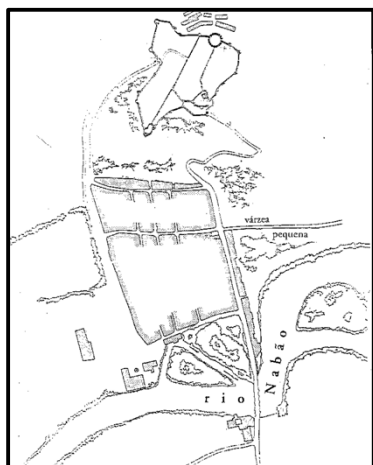


Figura 2. Tomar dos Templários

Fonte: (França, 1994, p. 15)

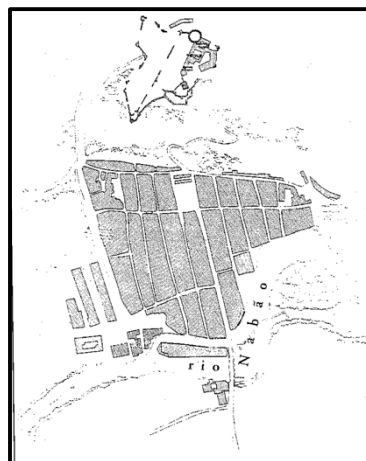


Figura 1. Tomar no tempo do Infante D. Henrique

Fonte: (França, 1994, p. 15)

Neste sentido, inserem-se as palavras de José Augusto França (1994, p. 30) ao realçar a importância de D. Gualdim Pais e do Infante D. Henrique na história de Tomar e, consequentemente, na história de Portugal, um por ter sido o “mestre instalador dos Templários, na consolidação da aventura da fundação” e, o seguinte como “regedor da ordem de Cristo em novos tempos, no anúncio da aventura que teria os mares por horizonte”. Os dois marcaram dois tempos distintos, mas igualmente essenciais no decurso da história de Portugal, que tiveram como centro a antiga vila de Tomar.

Após o mestrado do infante, realça-se, a influência do rei D. Manuel I na continuação do seu trabalho no desenvolvimento urbanístico da vila tomarense. No seu tempo, iniciou-se a construção dos atuais paços do conselho, foi continuada a edificação da Igreja de São João Batista e ordenou a construção da ermida de S. Lourenço em homenagem às hostes que ali passaram antes da partida para a Batalha de Aljubarrota (Rosa, 1991). Demonstrativo da ligação de Tomar com momentos cruciais na história nacional. Contudo, foi no Convento de Cristo que se realizaram as mais marcantes obras do seu tempo, enquanto governador da Ordem de Cristo, com a construção da nave manuelina e, no seu exterior a famosa janela do

capítulo, “documento mais vivo do manuelino e onde se respira toda a epopeia marítima de quinhentos; coroada no alto pela cruz de Cristo que se eleva mesmo acima das armas reais” (Rosa, 1991, p. 81). Ainda no reinado de D. Manuel I, a Ordem de Cristo passou a estar dependente da Coroa. Já durante o reinado de D. João III, a ordem perdeu o seu estatuto de cavalaria, ao iniciar a sua dedicação ao espiritual (Rosa, 1991). Indicadores de um processo de declínio da relevância das ordens militares, à medida o oriente se cristianizava, as riquezas dos novos mundos desvalorizaram o carácter religioso das ordens, o que, juntamente com o progresso da sociedade e a evolução dos armamentos, contribuiu para que as ordens militares perdessem o seu sentido, transformando-se, muitas destas, em ordens honoríficas (Silva, 2001).

Em Portugal, em 1789, durante o reinado de D. Maria II, a ordem foi reformada e secularizada, acabando por ser extinta no advento da República. A memória da Ordem de Cristo preserva-se, simbolicamente, através da sua transformação em ordem honorífica, sendo grão-mestre o Presidente da República, competindo-lhe a atribuição desta distinção a personalidades que se destaquem no serviço prestado à sociedade.

No que respeita à vila de Tomar, foi elevada à categoria de cidade em 1844, desligando-se do passado como casa-mãe das antigas ordens religiosas-militares, era agora necessário a preocupação com a resposta às necessidades crescentes da população e o acompanhamento dos progressos globais.

Parte III – Turismo de Tomar e os Templários: Proposta de planeamento para a criação do Centro Interpretativo Tomar Templário

Capítulo 5 – Caraterização do Destino Turístico: Tomar Templário

Enquanto destino turístico, a cidade de Tomar encontra a sua identidade turística na marca Cidade Templária (Vd. anexo 8). Este posicionamento da identidade turística procura incorporar os alicerces deixados pelo fundador D. Gualdim Pais; a história, influencia e legado da Ordem do Templo e da Ordem de Cristo; e a relevância do património mundial e imaterial, que consideram ser intemporais (Câmara Municipal de Tomar, 2015b). Podemos encarar como principais atrativos da cidade de Tomar, o castelo templário e Convento de Cristo, monumento nacional, distinguido como património da humanidade, pela UNESCO, no ano de 1983, assim como a Festa dos Tabuleiros, que se realiza de quatro em quatro anos, motivo de grandes afluências à cidade, tendo sido recentemente distinguido como o melhor evento público, em Portugal (Câmara Municipal de Tomar, 2017).

No entanto, para além destes dois atrativos, é necessário compreender a estratégia turística da cidade, tendo em conta, não só, as variáveis basilares do destino, mas também percecionar, como a visão das entidades responsáveis tem sido aplicada no turismo da cidade. Assim, justifica-se a relevância das entrevistas realizadas junto da Divisão de Turismo e Cultura de Tomar, representada pela sua responsável, Dra. Ana Soares, e ao Dr. Álvaro Barbosa, antigo diretor do Convento de Cristo. As duas entrevistas oferecem visões distintas, sendo que, através da primeira conseguimos percecionar as variáveis que têm baseado a definição da ação turística do município e, através da segunda, entender a orientação na promoção do monumento *ex-libris* da cidade e a forma como é envolvido na promoção global do destino turístico.

As posições apresentadas nas duas entrevistas são analisadas tendo em conta os princípios e ideais defendidos no documento do Turismo 2020, elaborado pelo Turismo de Portugal. Neste manual, é defendido que as estratégias turísticas devem basear-se, exclusivamente, em princípios orientadores, recusando a formulação de planos a longo prazo, incompatíveis com a imprevisibilidade do fenómeno turístico (Turismo de Portugal, 2015). É, desta forma, importante a análise de Tomar, enquanto destino turístico, tendo em consideração, as recomendações que pretendem tornar Portugal num destino, globalmente, mais dinâmico e ágil (Turismo de Portugal, 2015).

5.1. Tomar Templário: a importância do território, das motivações da procura e a experiência turística

A cidade de Tomar beneficia de uma localização central, na região do Médio Tejo (NUTS III), uma zona repleta de recursos turísticos ricos, tanto ao nível do património edificado, como natural. Terra de fortes tradições, são expoente máximo a realização da Festa dos Tabuleiros, de quatro em quatro anos, e anualmente, a Feira de Santa Iria, padroeira da cidade. Salientar, ainda, a qualidade da gastronomia da região. Todos estes atrativos são credíveis para pensar a cidade de Tomar como um relevante ativo turístico.

O território de Tomar guarda em si um passado marcadamente templário, visível no vasto património cultural, material e imaterial⁹ que a cidade possui como oferta turística. No entanto, e tal como afirmado, nas duas entrevistas, existe um considerável número de turistas

⁹ Segundo dados apresentados pelo Anuário Estatístico da Região Centro, no ano de 2015, Tomar possui um total de 23 monumentos, 12 dos quais considerados monumentos nacionais.

que procuram Tomar, apenas pelo Convento de Cristo, mesmo existindo um desconhecimento generalizado do seu real significado, como destaca a Dra. Ana Soares.

Para o Dr. Álvaro Barbosa, a atração pela cidade de Tomar passa pela promoção de uma maior diversidade de oferta, uma vez considerando a existência de um desinteresse e, acima de tudo, desconhecimento por parte da sociedade tomarense sobre o real valor do território que habitam.

Verifica-se um cruzamento de tendências turísticas na cidade: (I) local de passagem do caminho português de Santiago; (II) a proximidade a Fátima; (III) o significado junto da comunidade judaica, uma vez que possui a Sinagoga mais antiga da Península Ibérica; (III) e, a principal motivação de visita, a questão templária. Esta questão beneficia do crescente interesse na temática, centralizado no misticismo dos Templários. Aliás, como realça a responsável pela Divisão de Turismo, existem muitos grupos americanos que procuram Tomar, atraídos pelos mistérios e os simbolismos Templários.

Neste sentido, é realçado que o visitante experiencie a temática templária através de eventos, como a Festa Templária, mas também pela presença do nome e símbolos Templários em toda a parte da cidade, dando o exemplo do hotel dos Templários, a cruz de Cristo desenhada na calçada da cidade e, ainda a estátua do Infante D. Henrique, demonstrativo da transição para a Ordem de Cristo. Em contrapartida, a igreja de Santa Maria dos Olivais, panteão templário e antiga sede apostólica das terras descobertas, encontra-se muitas vezes encerrada, impossibilitando a sua visita, retrata o Dr. Álvaro Barbosa, que contrapõe com a situação da desafeta igreja de Santa Iria que, por pertencer a um privado, tem a capacidade de possuir recursos humanos disponíveis para o serviço ao cliente.

O desaparecimento de muitos focos de dinamização económica, como eram as fábricas de papel, de fiação, a da Matrena, do Prado e as fábricas Mendes Godinho, é visto,

pelo antigo diretor do Convento de Cristo, como uma razão central para o papel secundário que Tomar tem assumido no turismo português.

5.2. Tomar Templário: a procura por um destino empreendedor e competitivo

O sucesso na gestão de um destino depende da capacidade de criar propostas de valor, inovadoras e criativas, só assim capazes de atrair o turista a decidir visitar determinado local. Neste sentido, o turismo deve funcionar com base na iniciativa privada (Turismo de Portugal, 2015). Na visão do Dr. Álvaro Barbosa, a valorização de um local, como o Convento de Cristo, deve partir, acima de tudo, da sociedade civil, que deve procurar a criação de organizações e empresas com o objetivo de dinamizarem, neste caso o Convento, mas podendo esta visão ser aplicada à promoção da própria cidade.

No entanto, é importante existir, dentro da sociedade o interesse para que esta dinamização aconteça. Exemplo disso foi a incapacidade em concluir o projeto para a criação do museu da cidade de Tomar, no qual estava envolvido o Dr. Álvaro Barbosa, por falta de adesão da sociedade tomarense. Este facto demonstra a necessidade de “uma mudança cultural, e principalmente da mentalidade do povo de Tomar” (Anexo 2, Barbosa, 2016). Existe na cidade, apenas, uma empresa relevante na área do turismo cultural, a Caminhos da História, que tem dinamizado várias rotas pela cidade, inclusivamente, pelo Convento. Dessa forma, promove a temática templária e a história da Tomar, tendo inserido a possibilidade de realização de visitas em língua estrangeira pelo Convento de Cristo, que anteriormente não existia. Um exemplo da capacidade da sociedade em conseguir modificar características no turismo de um destino.

Um dos aspetos afirmados em ambas as entrevistas foi o facto de a sociedade não conhecer a importância que Tomar deteve em vários momentos da história do país; da

relevância histórica, arquitetónica, cultural e simbólica do Convento de Cristo; da ligação da cidade com a epopeia dos descobrimentos, enquanto casa-mãe da ordem de Cristo e, como tendo sido o local, no qual o Infante D. Henrique delineou a expansão marítima. Ora, estando este desconhecimento presente, também, nos próprios habitantes de Tomar, é difícil existir o impulso para a dinamização da cidade, é necessário que haja informação, para existir interesse em criar empresas, ou associações, que promovam o destino. A informação, convertida em conhecimento, deve ser tida como o “ponto de cruzamento entre o duplo processo de diferenciação dos destinos e de segmentação dos mercados turísticos” (Turismo de Portugal, 2015, p. 81). Para que seja possível criar um destino empreendedor e competitivo é fundamental provocar a existência de uma massa crítica, que seja capaz de impulsionar a dinamização de Tomar, tornando-o mais do que um simples local repositório de memória (Anexo 2).

5.3. Tomar Templário: a comunicação e promoção de um destino turístico

No que concerne à promoção de Tomar, enquanto Cidade Templária, a Dra. Ana Soares considera que a cidade “tem a sorte de ter na sua génese, para além da história dos Templários, todo o património por eles deixado, facilitando o trabalho de promoção. Uma vez que, ao contrário de destinos que têm que criar património e inventar, o nosso município, tem tudo à sua disposição, sendo quase possível não fazer nada, porque já temos cá tudo” (Anexo 1, Soares, 2016).

O antigo diretor do Convento de Cristo, ao avaliar a situação do monumento, considera a ideia de promoção como reveladora de uma necessidade de elevar algo a um patamar superior, algo que considera não ser necessário para o castelo templário e o Convento de Cristo, defendendo que “aquilo que o Convento de Cristo pode ter a dar à

sociedade é que não está a ser devidamente valorizado” (Anexo 2, Barbosa, 2016), relacionando esta situação com a própria cidade de Tomar, lembrando que, mesmo o município já olhou o Convento de Cristo como algo que está distante da cidade, afirmando a necessidade de pensar o porquê do turista que visita o convento não possuir o interesse de visitar a cidade de Tomar. É, neste sentido, revelada a importância da comunicação, ou de se saber comunicar o destino, tendo por base a sua identidade.

Assim, deve existir um foco nas motivações dos visitantes, para que seja possível, relacioná-las com a experiência no destino, através de uma comunicação baseada numa história. Mais do que anunciar a identidade do destino, é necessário pensar produtos capazes de criar uma relação de partilha com o turista, marcando-o, fazendo com que este sinta vontade de regressar e, acima de tudo, potenciar a partilha da experiência com outras pessoas. Tudo isto, tendo como base o investimento na divulgação através do mundo digital, essencial nos dias de hoje (Turismo de Portugal, 2015).

No que respeita à promoção do destino, é fundamental pensar Tomar enquanto inserida numa região rica nos mais diversos recursos turísticos. A pertença à linha defensiva do rio Tejo, com os exemplos do castelo de Almourol, da torre sineira de Dornes ou o castelo de Pombal, entre outros, e o facto de estar incluída na albufeira de Castelo de Bode, deve ser visto como o mote para a promoção de experiências atrativas de diferentes tipos de turistas, tanto o turista cultural, como o de natureza, ou até o turista de aventura, enriquecendo o destino junto do mercado turístico.

É importante referir a envolvimento do município de Tomar, representado pela (RMPH) Rede de Mosteiros Património da Humanidade, numa associação europeia que pretende criar um itinerário europeu de cidades templárias. A Dra. Ana Soares revela este vetor, como um dos principais na estratégia futura do destino, considerando que só depois de estar definida esta rede será possível delinear o caso das regiões templárias.

Tendo em conta os testemunhos dados, é possível referir as principais características do turismo de Tomar, através da elaboração de um quadro de análise SWOT do destino turístico:

Quadro 1

Análise SWOT da estratégia do turismo de Tomar através das entrevistas realizadas



Fonte: elaborado pela autora I.P (2016)

Apesar de termos um destino turístico com uma identidade assumida, enquanto cidade templária, a mesma não tem sido usada numa promoção do destino no seu conjunto. Nas visitas realizadas à cidade de Tomar, foi possível constatar que não existe, nas entradas da cidade, qualquer sinalização que identificasse a marca cidade templária e que nos painéis informativos existentes no Convento de Cristo persiste ainda o logótipo antigo. O

desconhecimento da população da cidade é sentencioso do seu potencial turístico, uma vez que, se nem os habitantes reconhecem o valor do seu património, muito dificilmente os seus visitantes o conseguirão perceber, revelando o fraco envolvimento da população no dinamismo do seu destino. E depois, a ideia de pensar Tomar e o Convento de Cristo, como dois produtos turísticos separados, que, pela sua valência histórica, arquitetónica, simbólica e cultural não necessitam de promoção e dinamização, também não contribui para o reconhecimento da identidade do lugar. A cidade e o monumento deviam funcionar como variáveis indispensáveis na oferta de uma experiência autêntica e enriquecedora ao turista. Assim, é essencial promover a difusão de informação que, transformada em conhecimento, possa gerar o interesse impulsionador para a criação de propostas de valor para a promoção de um destino inovador, criativo e autêntico. Nesta investigação, essa proposta de valor encontra-se partindo da interpretação do património, que será a base para a proposta de planeamento do Centro Interpretativo Tomar Templário.

Capítulo 6 – Análise da Presença Templária na Cidade de Tomar: Património e Simbologias

A fim de delinear uma proposta para o planeamento de um centro interpretativo é fundamental compreender, para além da estratégia turística como um todo, os principais ativos turísticos na cidade. Estes recursos representam a identidade do destino no seu conjunto, pelo que é essencial entender a razão da sua relevância e a forma como têm sido promovidos e dados a conhecer ao público turístico. Pretende-se, ainda, esclarecer as oportunidades que oferecem para a formulação da proposta do espaço museológico, que terá como variável principal os Templários.

6.1. O Castelo Templário e o Convento de Cristo

O conjunto monumental formado pelo castelo Templário e Convento de Cristo, classificado Património Mundial, pela UNESCO, ocupa a maior área monumental do nosso país, com 54 000 m², representando, não só, a fundação de uma cidade, como várias passagens da história de um país. Nos seus quatro hectares de área bruta de construção, apresenta diversos estilos arquitetónicos, representativos das várias épocas históricas que o monumento atravessou.

Este conjunto é composto pelas ruínas do inicial castelo templário (figura 3) incluindo a charola, oratório dos cavaleiros da Ordem do Templo, exemplar do românico e bizantino.

Neste castelo, podemos visualizar algumas das inovações arquitetónicas implementadas pelos Templários, fruto dos conhecimentos obtidos no oriente, como a construção da torre de menagem e do alambor (Vd imagens, Anexo 9). As muralhas do castelo estruturavam-se em três círculos, cuja leitura já não é possível.

No espaço do Convento de Cristo, iniciado pelo infante D. Henrique, podemos ver em cada estilo arquitetónico, influência de épocas da história de Portugal:

- O gótico nos paços do infante e nos claustros do cemitério e da lavagem (Vd imagens, Anexo 10), marcos da passagem do Infante D. Henrique;
- As referências manuelinas, representando os tempos áureos da expansão marítima, visível na ampliação para ocidente da charola, com a construção da nave, pelo arquiteto Diogo Arruda; na emblemática janela da sala do capítulo; e o portal manuelino, na entrada oriente da charola (Vd imagens, Anexo 11);
- A influência do renascimento e maneirismo italianos, nos tempos de D. João III, sendo o claustro principal, iniciado pelo mestre João Castilho, o mais

emblemático dos claustros conventuais, ladeado pelas capelas incompletas (Vd imagens, Anexo 12);

- A época do domínio filipino, através da portaria filipina maneirista. A construção do aqueduto do convento, para o abastecimento de água, incorpora a fachada sul do convento (Vd imagens, Anexo 12).
- O barroco na fachada nordeste do convento, com frontões contracurvados e pináculos moldurados, a rematar a sala dos Cavaleiros.

Nas entrevistas realizadas foi consensual a ideia de existir um desconhecimento geral, sobre este monumento, no que respeita à sua evolução arquitetónica, simbólica e histórica. Durante a entrevista com o Dr. Álvaro Barbosa foi defendida a ideia de não ser necessário a promoção, mas sim uma valorização por parte da sociedade. No entanto, ao pretendermos que o público valorize determinado local, temos que dar a conhecer esse valor ao público. Neste sentido, e tendo em conta as visitas realizadas ao Convento de Cristo constata-se as seguintes situações que determinaram o planeamento do Centro Interpretativo:

- A dificuldade de perceber a cronologia e história da construção do monumento. Neste ponto, considera-se, tal como José Augusto França (1994) defendia a importância de existir uma maquete que demonstrasse a reconstituição do castelo e, posteriormente, do Convento de Cristo, melhorando não só a experiência do visitante, como a informação transmitida, facilitando a interpretação do património;
- A necessidade de dinamizar mais o monumento, incentivando a participação da sociedade civil, dessa forma, ligando a sua promoção à comunidade em que está inserido;
- A última ideia associa-se à charola, o oratório primitivo dos templários, emblemática pela sua forma circular, tendo sido o primeiro exemplo deste tipo de construção

segundo o Santo Sepulcro¹⁰, é uma das mais fortes representações da presença templária no ocidente. Símbolo das origens dos cavaleiros do Templo, na cidade de Jerusalém, preserva em si uma memória que se confunde com a história de Tomar e do reino português (Oliveira, 2016), ornamentada com pinturas, esculturas e talha de diferentes épocas. O seu carácter único e enigmático tem sido alvo de diversas dúvidas e questões sobre o significado por detrás da sua construção e a natureza das suas formas. É, por isso, um dos marcos da arte e arquitetura portuguesa mais impressionantes, ao ser inigualável aquilo que projeta para a espiritualidade e cultura portuguesa (Oliveira, 2016, p. 111). Desta forma, a ideia transmitida pela Dra. Ana Soares de desconhecimento, por parte da maioria dos turistas, do real significado deste símbolo templário, deve ser encarada como uma fraqueza na estratégia turística de monumento e cidade.

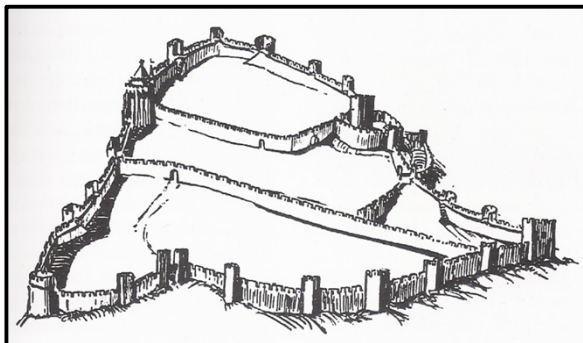


Figura 3. Castelo dos Templários, segundo desenho do Arq. Costa Rosa Fonte: França (1994, p. 51).

¹⁰ A ideia defendida pela historiografia de que, a charola terá sido construída á imagem do Santo Sepulcro, baseia-se nas suas formas, que complementam uma capela central circundada por oito pilares, número simbolicamente associado à ressurreição e muito presente nas crenças templárias, envolvido por um deambulatório de 16 faces no perímetro periférico (Barbosa, 1991; Santos, 2008).

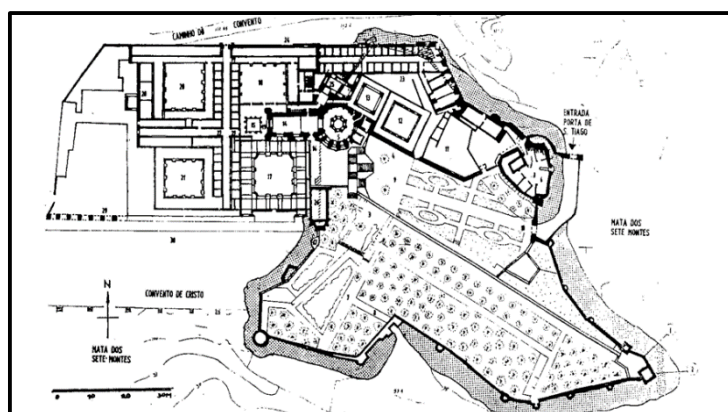


Figura 4. O Castelo Templário e o Convento de Cristo, segundo desenho do Arq. Álvaro Barbosa, 1978. Fonte: Barbosa (1991).

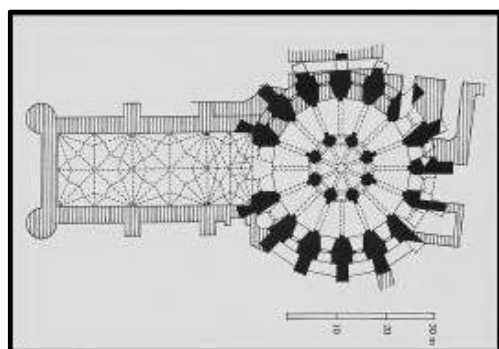


Figura 5. Planta da rotunda templária de Tomar (séc. XII-XIII) e do coro manuelino (séc. XVI). Fonte: Santos (2008).



Figura 6. Interior da charola templária
Fonte: Foto da autora (2016)

6.2. A igreja de Santa Maria dos Olivais

A importância desta igreja remonta às origens de Tomar, quando D. Gualdim Pais aí encontrou as ruínas de um antigo mosteiro beneditino, reconstruindo a igreja que posteriormente se tornou sede apostólica das terras descobertas, passando a ser *Nullius Diocesis*, dependente diretamente do Papa e da Santa Sé (Veloso, 2012). A sua construção é

um marco na arquitetura gótica, com porta principal em arco quebrado, encimado por rosácea que ilumina o interior com uma planta a três naves, que serviu de inspiração a muitas igrejas portuguesas. Tendo sido o panteão dos mestres Templários, as obras ordenadas por D. João III destruíram a maioria dos túmulos. Contudo permaneceu a lápide do fundador da cidade, D. Gualdim Pais¹¹.

O facto da Igreja se encontrar encerrada em alguns períodos, sendo que nas três visitas realizadas à cidade, apenas numa houve a possibilidade de visitar esta igreja, impede que muitos dos turistas da cidade tenham a oportunidade de vivenciar toda a história e simbologia que ela emana, contada nos pormenores gravados no corpo do seu edifício, que como afirma o Dr. Álvaro Barbosa estão lá, mas é preciso mostrar às pessoas onde e porquê.

Nas palavras da Dra. Ana Soares, esta igreja é atrativa aos turistas motivados pela ligação aos Templários, que procuram mais o sentido místico e esotérico dos cavaleiros do Templo. Esta é uma oportunidade que deve ser explorada, permitindo que um visitante mais ligado à história possa conhecer a influência deste local, no passado áureo português, ou que alguém mais ligado à arte possa apreciar as diferentes influências artísticas da igreja, com os vestígios românicos, a relevância do estilo gótico, as capelas renascentistas e galeria exterior de influência maneiristas, e ainda, que possa responder às expectativas daqueles que procuram o misticismo templário espelhado na sua simbologia; ou seja, garantir a autenticidade e a personalização, possibilitando a sensação de ser algo único (Turismo de Portugal, 2015) a cada visitante que recebe.

¹¹ Inscrição na lápide: “OBIIT FRATER GVALDINVS MAGISTER MILITUM TEMPLI PORTUGALIS E^a M^a CC^a XXX^a III^a III^o IDVS OCTOBRIS HIC CASTRVM TOMARIS CUM MULTIS ALIIS POPVLAUIT REQUIESCAT I^a PACE AM^a” (Tradução: “Aqui jaz o irmão Gualdim, mestre da ordem dos templários de Portugal, em 1195 nos idos de outubro, aqui no castelo de tomar, que como muitos outros povoou, descanse em paz.”).



Figura 7. Fachada exterior da Igreja de Santa Maria dos Olivais. Fonte: Foto da Autora (20/10/2016)



Figura 8. Lápide tumular de D. Gualdim Pais, localizado na primeira capela lateral da igreja. Fonte: Foto da Autora (20/10/2016)

6.3. A Festa dos Tabuleiros

A realização da Festa dos Tabuleiros é, mais do que o momento auge do turismo de Tomar, a representação máxima das tradições e, essencialmente, da cultura tomarense. Nela reside a identidade de Tomar, desde as suas origens romanas, passando pelo esplendor templário, até ao momento presente, no qual a comunidade se reúne para criar, de quatro em quatro anos, um momento único para os seus habitantes e, uma experiência autêntica e incomparável aos seus visitantes.

As suas origens remontam às festividades pagãs, nas quais se celebravam as fartas colheitas, numa evocação à Deusa Ceres e à fertilidade da mãe-terra, personificada na imagem da mulher (Simões, 2004). Durante o século XIV, pelas mãos da rainha Santa Isabel, foi introduzido, em Portugal, o culto do Espírito Santo que, na doutrina do monge Joaquim de Fiore, era visto como representando a idade do amor, do espírito e da fraternidade universal, passando a fazer parte das raízes da Festa dos Tabuleiros (Granada, 2011).

Realizada de quatro em quatro anos, a festa é anunciada no domingo de Páscoa, através do cortejo das coroas do Espírito Santo, em todas as freguesias do concelho, repetindo-se por sete vezes. Nos inícios de julho, decorre a Festa dos Tabuleiros, iniciando com o cortejo dos rapazes, realizado pelas crianças, uma semana antes do grande desfile. Na semana seguinte, ocorrem os cortejos parciais e o cortejo do mordomo, antecedendo o ponto alto, o cortejo dos Tabuleiros, no qual, aos pares, as raparigas transportam o tabuleiro, vestindo de branco, em sinal de pureza. O tabuleiro deve ser da altura da mulher e é ornamentado com trinta pães e entrelaços de flores de papel, verdura e espigas de trigo, sendo encimado pela pomba do Espírito Santo ou pela cruz de Cristo manuelina. No fecho do cortejo, os carros transportam o pão, a carne e o vinho, a conhecida pêza que, no dia seguinte, é distribuída pelos mais necessitados, sendo o simbolismo máximo do culto ao Espírito Santo, na partilha com a comunidade (Simões, 2004). Durante este período, as ruas antigas de Tomar são decoradas, pelos seus habitantes, emprestando cor e alegria à cidade.

Esta celebração representa o esforço e trabalho em conjunto de uma comunidade, que se une em torno de um dos símbolos máximos da sua identidade cultural. Por isso, é um exemplo do que deveria acontecer em torno do turismo da cidade, envolver a comunidade porque eles fomentam a imagem do destino. Incorporar o espírito dos Tabuleiros, através de uma colaboração intrínseca com a sociedade tomarense, para que esta se envolva com o turismo e, os turistas, transmitindo todo o seu significado, simbologia e história, ao longo do tempo, para que esta identidade não surja apenas de quatro em quatro anos.



Figura 9. Vista da Praça da República durante o Cortejo dos Tabuleiros. Fonte: INATEL Turismo (2015).



Figura 10. Os tabuleiros expostos na Mata Nacional dos Sete Montes, durante as festividades. Fonte: Pizarro (2011).

Capítulo 7 – Planificação do Centro Interpretativo Tomar Templário

A análise às características inerentes ao turismo de Tomar, incluindo o uso e promoção do seu património e a relação tríplice entre público – cidade – património, culminou na identificação de quatro fragilidades preponderantes: (I) uma promoção desintegrada do destino, com foco para monumentos únicos e eventos periódicos; (II) a escassez de uma oferta turística diversificada; (III) desconhecimento do valor histórico e patrimonial da cidade de Tomar; (IV) numa comunidade, maioritariamente, alheia à atividade turística.

Desta forma, o produto turístico – Centro Interpretativo Tomar Templário (CITT) – pode oferecer uma solução a estas dinâmicas turísticas. Define-se, assim, o contexto interpretativo base para o alinhamento do plano, que constituirá uma etapa inicial do projeto, tendo sido construído a partir de premissas globais sobre as características institucionais e corporativas relativas ao CITT. Pretende-se, portanto, a criação de um documento capaz de

oferecer as orientações metodológicas necessárias para que seja, no futuro, possível a aplicabilidade prática da planificação interpretativa.

Seguindo a metodologia inicial, o plano conceptual do CITT é apresentado através das categorias a seguir expostas, realçando que, para os propósitos desta investigação, se cinge à apresentação das categorias relativas ao plano interpretativo e do processo de avaliação de monitorização.

7.1. Corpo do plano interpretativo

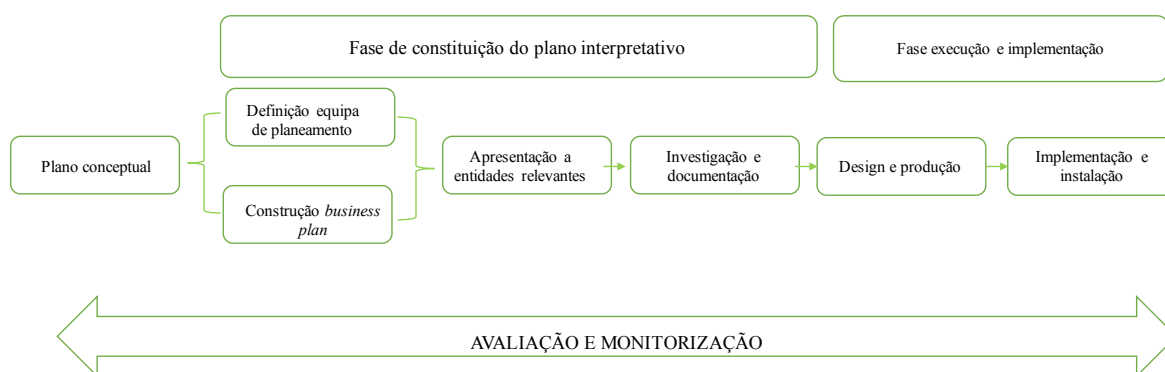
7.1.1. Génese institucional

- Designação: Centro Interpretativo Tomar Templário (CITT)
- Funções atribuídas: a interpretação do património constitui a sua função basilar, da qual derivam as funções de exposição, comunicação, educação e dinamização turística. Por sua vez, devem ser sustentadas por funções museológicas de investigação, documentação e conservação.
- Etapas do projeto (quadro 2): criação do plano conceptual; apresentação a entidades relevantes para apoios e / ou parcerias; constituição da equipa de trabalho; realização do *business plan* para a viabilidade económico-financeiro; investigação e inventariação de acordo com o definido no plano interpretativo; uma fase de execução englobando o *design* e produção; implementação e instalação; e um momento constante no planeamento, de avaliação e monitorização.

Quadro 2

Processo para a criação de um centro interpretativo

Adaptação da autora, a partir de Colquhoun (2005).



- Equipa do planeamento: a característica principal da equipa coordenadora do projeto deve ser a multidisciplinaridade. Assim, propõe-se a constituição de uma equipa mínima de cinco pessoas, para as seguintes áreas:
 - i. Coordenação do projeto – responsável por coordenar o decorrer do processo de planeamento, garantindo o cumprimento dos objetivos estabelecidos e, no contacto com eventuais parceiros, possíveis apoios e obtenção de financiamentos;
 - ii. Interpretação do património – responsável por coordenar o programa interpretativo, tendo em consideração os recursos do local da interpretação, promovendo o cumprimento dos seus princípios, tendo em consideração as necessidades e motivações do seu público – visitantes e habitantes (Izquierdo Tugas et al., 2005);
 - iii. Investigação – responsável pela investigação e documentação do local e valores patrimoniais da interpretação. No caso do CITT, deverá estar a cargo de um especialista comprovado na temática templária, na sua vertente histórica

e simbólica. À sua tutela, deverá estar um grupo dedicado aos processos de pesquisa, recolha e documentação;

- iv. Marketing e comunicação – responsável pela estrutura da imagem institucional, tendo por base o plano interpretativo, a seu cargo deve estar a delineação e gestão dos meios de comunicação e divulgação
- v. Gestão – responsável pela coordenação dos aspetos financeiros associados à delineação e concretização do projeto interpretativo.

Considera-se, ainda, relevante o recurso a consultores externos, na medida em que a equipa coordenadora determine ser necessário e possível.

- Intervenientes no planeamento interpretativo (*stakeholders* e parecerias): numa perspetiva local, as Juntas de Freguesia do município; a autarquia de Tomar, representada pela Divisão de Turismo e Cultura; entidades relevantes no turismo e cultura da cidade, como a empresa de turismo cultural Caminhos da História; a biblioteca municipal Dr. António Cartaxo; o Instituto Politécnico de Tomar; a direção do Convento de Cristo e outras entidades locais que se considerem relevantes. Ao nível regional e nacional, pretende-se o apoio da entidade regional do turismo do centro; a DGPC (Direção-Geral do Património Cultural); o Turismo de Portugal.
- Temática: a designação do centro interpretativo é sugestiva da temática orientadora deste planeamento – a visão de Tomar enquanto cidade templária, centro da presença da Ordem do Templo e de Cristo, em Portugal.
- Localização: a determinação do local para a implementação do centro interpretativo está dependente da aprovação deste projeto e, da análise juntamente com as entidades autárquicas. Considero que, dado um dos seus objetivos centrais ser a promoção do conjunto da cidade templária, seria relevante a sua localização no centro da cidade, sendo possível pensar-se a hipótese de reabilitação de edifícios para este efeito.

7.1.2 *Formulação de objetivos*

- Missão e visão do plano interpretativo: a missão compreende a razão de existência do centro interpretativo; a visão sustenta a ideia de futuro do CITT, demonstrando as suas prioridades, de acordo com o que quer simbolizar, representar e conquistar (Tavares, 2016).
- Missão – Interpretar e comunicar o destino Tomar Templário, através de um espaço criador de experiências culturais, educativas e lúdicas que procurem o estudo, a promoção e a valorização do património templário, na cidade de Tomar.
- Visão – (I) O CITT pretende ser um agente dinamizador do turismo da região, procurando implementar uma constante relação tríplice produto - património - comunidade, garantindo as necessidades de cada agente, numa lógica de sustentabilidade turística. (II) Afirmar-se como uma instituição cultural de referência na investigação, preservação e transmissão do legado templário em Portugal, procurando a constituição de um centro de pesquisa e documentação CITT, para a promoção da investigação científica e na perspetiva de constituição de uma rede cooperativa entre regiões templárias.
- Declaração dos objetivos do CITT: a definição dos objetivos procura ditar um conjunto de princípios orientadores do projeto interpretativo, tendo em consideração a missão apresentada (Izquierdo Tugas et al., 2005):
 - i. Contribuir para a revitalização económica da região ao ser um novo polo de criação de emprego e de fluxos turísticos para a cidade;
 - ii. Promover a pesquisa e investigação sobre as Ordens do Templo e de Cristo, tendo em conta, a sua história, cultura, simbologia e espiritualidade;

- iii. Envolver a comunidade nas atividades desenvolvidas pelo CITT, promovendo o reforço dos laços com a identidade cultural da sua região;
- iv. Ser um espaço dinamizador do turismo na região, promovendo a interpretação e comunicação do património templário;
- v. Contribuir para o aumento das receitas turísticas da região, procurando o aumento da estada média dos visitantes;
- vi. Desenvolver um vasto programa educativo aplicando métodos de aprendizagem lúdica para educar numa perspetiva de multidisciplinidade;
- vii. Ser um espaço promotor da cultura e história da região incorporando uma lógica lúdica de ligação entre o passado e o presente;
- viii. Salvaguardar o contributo do legado templário ao mundo através do seu estudo, transmissão e conservação;

7.1.3 Recursos e meios interpretativos

Esta categoria engloba a definição dos espaços funcionais a existirem no CITT; os respetivos meios escolhidos para a comunicação com e para o público. Ainda contempla os serviços complementares e os programas (internos e externos) oferecidos pelo CITT, de forma a manter uma atividade dinâmica e inovadora, capaz de manter o interesse junto dos seus visitantes e comunidade.

Relativamente à descrição dos espaços constituintes do centro, a mesma será feita de forma superficial, pretendendo demonstrar a oportunidade que este produto oferece ao turismo da região. Desta forma, identifica-se a existência de seis espaços principais:

- I. Exposições interpretativas de carácter permanente: constitui o núcleo central do CITT, ao ser nestes espaços que ocorre a transmissão das mensagens ao público.

Dado tratar-se de uma proposta na sua fase inicial, a definição dos temas e dos meios interpretativos a associar a cada exposição interpretativa segue uma linha conceptual, caracterizada por sugestões e orientações que devem guiar a equipa de coordenação. Assim, considera-se os seguintes temas para atribuição de espaços interpretativos: (I) os Templários – história e simbologias; (II) Tomar templário; (III) Tomar nas descobertas: o Infante; (IV) O castelo templário e Convento de Cristo; (V) a Festa dos Tabuleiros: tradição e identidade e, por último (VI) projeção multimédia.

Os meios interpretativos a serem utilizados devem considerar as características dos visitantes, sempre numa perspetiva de acessibilidade para todos. No espaço das exposições permanentes, predominam os meios de interpretação autónoma, permitindo a cada visitante comandar o ritmo e modo da interpretação: (a) painéis informativos bilingues (português e inglês); (b) guias áudio; (c) monitores multimédia, em duas vertentes, na passagem de vídeos relacionados com o tema do painel, ou em painéis interativos, que permitam ao visitante conduzir o sentido da sua interpretação (d) exposição de maquetes 3D, para uma melhor visualização do espaço ou objeto a ser interpretado.

- II. Espaço para exposições temporárias: a novidade deve ser uma variável sempre presente na dinamização do plano interpretativo. Assim, deve existir um espaço para albergar exposições temporárias, permitindo o foco em determinados momentos históricos; interesses, vivências e tradições da comunidade; artistas ligados às mais diversas artes; ou na homenagem de identidades relevantes; entre outros.
- III. Sala de projeção multimédia: local para projeções multimédia apresentadas aos visitantes do CITT, em horários definidos, com o objetivo de comunicação através da provocação de emoções no público, onde se transmite a mensagem final. Por isso, dada a temática dos Templários estar profundamente associada à construção de

Portugal e o plano de expansão marítima, auge da história de Portugal, ter sido elaborado em Tomar, propõe-se como temática das projeções o espírito português.

- IV. Centro de pesquisa e documentação: constitui uma das variáveis na visão do CITT que pretende tornar-se num local de referência na preservação da influência histórica, simbólica e cultural dos Templários, não só no nosso país, como internacionalmente. A cidade de Tomar é reconhecida como um dos principais centros da presença templária, tanto pelo seu rico património, como pelas tradições, cultura e identidade dos seus habitantes. Desta forma, justifica-se a escolha de construção de um acervo documental único, não existente até ao momento, em Tomar.
- V. Serviço Educativo: Um dos seis princípios definidos por Tilden (1957), afirma a importância da elaboração de uma abordagem distinta ao pensarmos a interpretação para as crianças. Assim, justifica-se a existência de um espaço dedicado a atividades educativo-pedagógicas, com o objetivo de educar através de meios de aprendizagem lúdica. Apresenta-se as indicações gerais a seguir por este serviço educativo na definição do seu plano de atividades:
- i. Delineação de atividades ao encontro dos programas curriculares, procurando a promoção de uma multidisciplinidade, relacionando tópicos associados às temáticas do CITT, com áreas como a história, geografia, português ou matemática. Propõe-se, ainda, o desenvolvimento de programas educativos em cooperação com instituições de ensino.
 - ii. Criação de oficinas diversificadas, com recurso a jogos interativos, atividades de artes plásticas; realização de visitas temáticas; *peddy-papers*; *workshops*, entre outros.
 - iii. Estabelecimento de programas como cursos lúdicos, durante os períodos das férias escolares; programas de intercâmbio entre escolas de diferentes regiões

e o CITT, que permitam o desenvolvimento de um programa específico de atividades.

- iv. A última indicação relaciona-se com uma característica fundamental na interpretação, a interligação constante entre passado e presente, usando-a como meio para provocar mudanças na sociedade. Neste sentido, realço um dos aspetos sempre presente na ação dos Templários, o serviço à sociedade. Hoje em dia, lembrado com a atribuição da Ordem honorífica de Cristo, sendo a solidariedade um valor que deve ser estimado no mundo presente. Identifica-se, por isso, como uma variável que deva servir de mote para a criação de atividades e ações educativas.

- VI. Loja CITT: espaço dedicado à venda de produtos com o logo CITT, publicações promovidas pelo CITT e obras associadas às temáticas; produtos culturais emblemáticos da região, entre uma variedade de artigos;

Outros espaços e serviços de apoio seriam:

- Serviços de apoio ao visitante: serviços de receção e acolhimento – bilheteira; serviços complementares como cafetaria, espaços de estudo e lazer com acesso *wifi* e outros, onde seja possível a realização de *workshops*, palestras e outras atividades culturais.
- Programas interpretativos CITT: propõe-se o desenvolvimento de um conjunto de programas complementares aos espaços de exposição interpretativa, sempre numa lógica de cooperação com a comunidade. Assim, propõem-se possíveis programas interpretativos a considerar:

- i. Estabelecimento de programas de voluntariado que possibilitem o envolvimento de instituições de ensino e da comunidade geral na participação em atividades desenvolvidas pelo CITT, ou ainda a integração de programas de duração variável em departamentos específicos;
- ii. Planeamento de visitas guiadas pela cidade de Tomar; monumentos específicos como o convento de Cristo; ou ainda, pela região envolvente;
- iii. Programação de um conjunto de visitas temáticas, em parceria com as entidades do turismo locais, que abordem as temáticas do CITT.
- iv. Estabelecer um programa para a representação de peças de teatro à comunidade. Isto deve-se, a ter sido em Tomar, a primeira representação da obra, de Gil Vicente, *A farsa de Inês Pereira*, integrante do programa curricular de português. Assim, propõe-se a elaboração de uma parceria com o grupo de teatro local *Fatias de Cá*, para a representação desta peça no contexto do programa educativo do CITT, mas que na mesma medida, fosse desenvolvido um calendário para a apresentação de diversas peças, relacionadas com as temáticas;
- v. Desenvolver um conjunto de *workshops*, tendo em conta áreas como a cultura; a literatura; a gastronomia; a solidariedade; artes plásticas e performativas, interligando as temáticas do CITT juntamente com os temas da atualidade regional, nacional e internacional.
- vi. Desenvolver programas turísticos, em conjunto com entidades culturais, turísticas e hoteleiras da região, para a sua promoção junto de diversos canais de distribuição.

7.1.4 Comunicação e divulgação

- Público-alvo: identificar e conhecer o nosso público é um processo indispensável para se delinear uma estratégia de comunicação ao encontro das necessidades e interesses dos seus visitantes e comunidade. Assim, define-se categorias possíveis para o público-alvo, considerando as informações dadas na Divisão de Turismo de Tomar, relativas às motivações e mercados principais visitantes da cidade; mas também tipologias de visitantes que, com este produto turístico, se pretende atrair:
 - i. Turismo cultural: indivíduos motivados pela história e património da cidade de Tomar, constituindo a principal motivação de visita à cidade, segundo a divisão de turismo. Desta forma, respondendo às suas necessidades e interesses, o CITT será um produto turístico capaz de lhes oferecer uma visão da história, simbologia e cultura da cidade que visitam, de uma forma holística, disponibilizando as ferramentas para a interpretação deste local. Tendo em conta as experiências, formas de estar e pensar de cada um, promovendo uma personalização do produto.
 - ii. Mística Templária: na Divisão de Turismo da Cidade foi realçada a motivação de visita a Tomar, na procura de conhecer mais sobre o misticismo e a espiritualidade templária. Assim, o CITT pretende que este tema esteja presente nas suas exposições interpretativas e em programas complementares, como visitas, palestras e cursos que foquem esta temática, reforçando a importância de sustentação académica. Na visão turística, é importante realçar que os temas relacionados com os mistérios, mitos e lendas templárias são um ponto de atração, uma vez serem temáticas que suscitam a curiosidade e a imaginação, na maioria do público. Por isso, será uma variável importante na ação do CITT.

- iii. Comunidade envolvente: uma das falhas identificadas, ao longo do estudo, foi a fraca ligação da sociedade tomarense à história da sua cidade. O CITT tem, como um dos seus principais objetivos, provocar o interesse da população, através dos diversos meios interpretativos demonstrativos do valor da sua história e património e da importância da valorização. Procura, também, desenvolver fóruns e encontros culturais, transformando-se numa entidade cultural. Os tomarenses constituem parte integrante da imagem do destino, neste sentido o CITT pretende constituir-se como um símbolo para a identidade de Tomar, que procura o reforço dos laços sociais e o envolvimento da população.
- iv. Grupos escolares: ser um espaço que possa ser um complemento ao currículo escolar, procurando a interligação entre temáticas através da ação do seu serviço educativo; criando um espaço de aprendizagem distinta. Pretende, também, servir de recurso aos professores.
- v. Investigadores e visitantes especializados: numa perspetiva de acessibilidade, deve garantir-se a disponibilização das condições necessárias para receber públicos especializados, e que procurem um espaço para a realização da sua investigação científica. O CITT deve garantir os apoios necessários a este público, sendo um dos meios a criação do centro de pesquisa e documentação CITT;
- vi. Famílias: o CITT pretende ser um espaço que ofereça a possibilidade de tempos livres de qualidade, permitindo a combinação de variáveis como lazer, educação e cultura, procurando através desta experiência enriquecer e fortalecer os laços entre gerações (Izquierdo Tugas et al., 2005)

- vii. Acessibilidade: particulariza-se esta variável, por se considerar que o CITT deve garantir que todos os cidadãos, independentemente de idades, limitações mentais e físicas, motivações, nacionalidades, culturas e crenças, tenham acesso a uma experiência agradável, satisfazendo as suas necessidades. Neste sentido, inserem-se a criação do centro de pesquisa e documentação; do serviço educativo; dos meios interpretativos selecionados garantindo que todos possam ter a sua experiência interpretativa; definindo-se a intenção de execução de espaços de fácil acesso para públicos com deficiências físicas. Seja na construção de um espaço amplo, com rampas, elevadores caso a exposição seja composta por mais do que um piso térreo, como também na elaboração de um piso tátil para os públicos com deficiências visuais.
- Estratégia de comunicação e divulgação: sendo a comunicação e divulgação os motores para a promoção da missão do CITT, propõe-se a criação de um departamento de imagem e comunicação, responsável por estas variáveis, definindo um plano de atividades anual, sendo um elo de ligação entre todos os departamentos do CITT. Apresentam-se as tarefas e objetivos em dois grupos: (I) comunicação e (II) divulgação:
- I. A estratégia comunicativa considera a mensagem interpretativa que se pretende transmitir através das exposições; a definição de uma imagem institucional que visualize o CITT enquanto marca, representando uma identidade e, dessa forma, deve ser definido um logótipo e um manual da marca; a comunicação do CITT, através do marketing digital (sítio eletrónico oficial, redes sociais como o Facebook, Instagram, canal de Youtube, etc.), dos programas, atividades e informações que se considerem relevantes para a manutenção de uma relação constante com o público. De forma a manter a

proximidade e relação aberta com o público, propõe-se a existência, no final dos espaços expositivos, de um painel multimédia para que o visitante partilhe, no imediato, a sua experiência.

- II. A divulgação do CITT deve ser feita presencialmente e em linha, ou seja, através da utilização dos meios digitais para a divulgação do CITT, atividade e programas (em linha) e, com recurso à elaboração de folhetos informativos e cartazes promocionais.

Propõe-se a realização de um folheto geral sobre o CITT, incluindo programas, serviços e exposições; folhetos individuais com as informações relativas ao serviço educativo e ao centro de pesquisa e documentação e um mapa da exposição com indicações do percurso expositivo e informações gerais. Estes materiais devem estar disponíveis em várias línguas (português; espanhol; inglês; francês; italiano e alemão), devendo ainda existir uma versão em *braille*. Para além de folhetos relacionados com o CITT, devem estar disponíveis folhetos sobre a cidade e região, realizados por entidades externas.

7.1.5. Modelo de gestão

A definição do modelo da organização interna, dos órgãos e instrumentos de gestão estão dependentes da aprovação do projeto de planeamento interpretativo.

7.1.5 Questões financeiras

Mediante a aprovação da planificação interpretativa deverá ser concebido um *business plan*, de forma a verificar a viabilidade económico-financeiro do projeto

7.1.6. *Recursos humanos*

O sucesso do CITT depende diretamente dos seus recursos humanos, desde a capacidade da equipa coordenadora do projeto no comando de todo o processo interpretativo, até à formulação da organização interna do CITT. A constituição dos departamentos funcionais e do respetivo pessoal apresenta-se como uma etapa desafiadora e complexa, para a qual são apresentadas as características e secções consideradas imprescindíveis:

- I. Direção do CITT: responsável pelo planeamento estratégico; coordenação dos funcionários e gestão do CITT, de todas as suas atividades, programas e serviços.
- II. Departamento de imagem e comunicação: essencial para a manutenção de um espaço museológico inovador e em constante contacto com o seu público, sendo um ponto de ligação entre todos os departamentos do CITT. Responsável pela estratégia de comunicação e divulgação e a dinamização do CITT através de eventos;
- III. Departamento pedagógico / educativo: responsável pela conceção, desenvolvimento e dinamização do serviço educativo do CITT.
- IV. Departamento para a interpretação do património: responsáveis pela coordenação de todo o programa interpretativo, desde a conceção das exposições interpretativas permanentes e temporárias, aos programas do CITT. Deve incluir especialistas na área da interpretação do património, da museologia, planeamento turístico e os guias interpretes que realizem os programas do CITT, como as visitas temáticas ou a apresentação de programas e atividades específicas
- V. Serviço ao cliente: garantir todo o pessoal responsável pela informação e contacto direto com o cliente, na receção, na loja CITT e serviços de apoio como a

cafetaria/bar; manutenção, segurança e limpeza. Neste sentido, deve ser garantida a formação aos funcionários com contacto direto com o cliente, num programa de treino incidindo as informações necessárias sobre os serviços do centro; as suas temáticas; e a região em que estão envolvidos (Colquhoun, 2005).

7.2. Execução e implementação do projeto

Como referido na apresentação da proposta, esta etapa da planificação interpretativa deve ser antecedida por uma formulação final do plano interpretativo, incluindo a definição da equipa de trabalho, o *business plan*, e consequente aprovação por entidades relevantes e de uma fase de intensiva investigação, documentação e inventariação, fundamentando a inicial planificação interpretativa.

7.3. Avaliação e monitorização

De forma a assegurar o cumprimento e qualidade da planificação interpretativa é necessário ver a avaliação e monitorização como um momento a ocorrer em distintas fases do planeamento. Assim, definem-se três momentos cruciais no processo de avaliação (Carter, 2001): (I) antes do *design* e execução – compreendendo a avaliação dos interesses e preferências do público – alvo, através da implementação de questionários, ações de grupo focal, ou na observação direta ou indireta dos locais e comportamentos da população; (II) durante a preparação da interpretação – assente num princípio base que é testar o produto, elaborar um *pitch* da planificação interpretativa de forma a presenciar reações, atitudes perante a apresentação, procurar avaliar se a mensagem foi entendida, tudo se resume à revisão de todos os processos componentes do projeto; (III) avaliar após a execução e

implementação – focada na experiência do visitante, através da aplicação de métodos qualitativos (observação, percepção das opiniões dos visitantes da experiência vivida, etc.) e quantitativos (número de visitantes de determinada exposição; aplicação de questionários, etc.) para determinar a satisfação do público. Nesta medida deve, ainda, existir um foco na medição da qualidade dos processos e condições internas, tendo em consideração os objetivos e missão orientadores das ações do CITT.

Os processos de avaliação irão permitir ao CITT adequar os objetivos do seu planeamento estratégico, tendo em consideração os resultados de uma constante avaliação, auxiliando num constante melhoramento da qualidade interpretativa, de serviço e das instalações, contribuindo para a satisfação do seu público, preservando a imagem institucional e, consequentemente a do destino turístico.

Conclusões

Este estudo pretende constituir um documento base para uma futura implementação da planificação interpretativa aqui apresentada, de forma a concretizar-se um produto turístico capaz de dinamizar o turismo da cidade de Tomar, tendo por base a sua identidade marcadamente templária.

Neste sentido, foram delineados os pressupostos que basearam este estudo. A escolha da temática templária como fundamento para o produto turístico teve em consideração o facto de ter sido a influência da Ordem do Templo e, posteriormente, da Ordem de Cristo, que impulsionou, não só o crescimento da cidade de Tomar, como também aspetos marcantes da história de Portugal, sendo por isso merecedora de ser comunicada à sociedade, de forma a demonstrar a necessidade da sua conservação e valorização. Esta comunicação teria de basear-se na interpretação do património, como meio para provocar emoções e transmitir significados e sentidos. Esta é a forma mais profunda de se chegar ao turista, que guarda a sua própria interpretação relacionando-a com as suas experiências, conhecimentos e ações.

O primeiro passo na interpretação do património é a descoberta da razão para interpretarmos determinado local, acontecimento ou monumento. Dessa forma, as visitas à cidade e entrevistas contribuíram para a perceção das fragilidades preponderantes na estratégia turística da cidade: (I) a promoção desintegrada do destino, ao atribuírem focos individualizados, no sentido em que as visitas a Tomar passam, maioritariamente, pelo Convento de Cristo, pela realização da Festa dos Tabuleiros, ou pela visita à Sinagoga, sem outras motivações para conhecer a cidade de Tomar; (II) a escassez de uma oferta turística diversificada, que deriva da anterior proposição, com o foco em monumentos, em eventos periódicos, além da existência de um número reduzido de museus, que pouco se relacionam com a identidade da cidade; (III) o desconhecimento do valor histórico e patrimonial da cidade

de Tomar; (IV) e uma comunidade local substancialmente alheia às potencialidades do turismo, uma vez que muitos não reconhecem na cidade o valor e importância que ela possui na história e na construção da cultura portuguesa. Tornou-se evidente a necessidade de mudar a mentalidade cultural da sociedade tomarense, mas, para isso, é também necessário alterar a visão patente nas entidades protagonistas do turismo da cidade, ao considerarem que, por terem à sua disposição a matéria-prima, o património, o trabalho fica facilitado. Na promoção de um destino turístico o que importa não é o que se possui, mas o que se constrói através dos recursos à nossa disposição.

Desta forma, a proposta de planificação interpretativa construída neste trabalho, procura ser o suporte para a concretização de um projeto interpretativo, seguindo as fases definidas na planificação (investigação e inventariação, *design*, execução e implementação), definindo uma equipa coordenadora, verificando a viabilidade económica financeira do projeto, para permitir a conquista de apoios e parcerias que permitam a sua concretização. Embora sustentado por um enquadramento teórico e pela síntese histórica e descritiva dos vários elementos patrimoniais, o projeto assume-se como o contributo mais relevante deste estudo, que pretende abrir as portas ao estudo da aplicabilidade da interpretação do património numa gestão turística dos destinos mais eficaz, numa lógica sustentável e comunitária.

O rumo e os objetivos desta investigação revelaram-se exigentes, ao envolverem temáticas distantes da minha área de estudos base e, também, pelo tempo disponível para a sua realização. No entanto, desde o início, este projeto foi encarado como um desafio, que me permitiu explorar um objeto estudo, Tomar, com o qual sempre estabeleci uma relação próxima, tendo constituído desde cedo, um objetivo ter a oportunidade de influenciar positivamente as dinâmicas que sustentam a estratégia turística do destino.

Bibliografia

- Aldrige, D. (1972). *Mejora de la interpretación de los parques y la comunicación con el público*. Comunicação apresentada na Conferencia Mundial sobre Parques Nacionales; Yellowstone y Grand Teton, EUA, 18-27 set. Acedido em http://documentacion.ideam.gov.co/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=29333&shelfbrowse_itemnumber=30639
- Amarante, E. (2011). *Templários: De milícia cristã a sociedade secreta* (v. 3): *A perseguição e a política de sigilo de Portugal: A missão marítima*. Portimão: Apeiron.
- Anico, M. (2005). A pós-modernização da cultura: Património e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, 11(23), 71-86. DOI: 10.1590/S0104-71832005000100005
- Barbosa, A. J. (1991). O castelo templário e o convento da ordem de Cristo em Tomar. In J. J. Couto, & J. A. Rosa (Eds.), *Tomar : Perspectivas* (pp. 51-57). Tomar: Comissão Festa dos Tabuleiros 1991.
- Barroca, M. J. (1996). A Ordem do Templo e a arquitetura militar portuguesa do Séc. XII. *Portugália: Nova Série*, 17-18, 171-209. Acedido em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3860.pdf>
- Câmara Municipal de Tomar. (2015a). *Câmara Municipal de Tomar* (sítio eletrónico institucional): *Caracterização*. Acedido em fev. 11, 2017, em <http://www.cm-tomar.pt/index.php/pt/municipio/concelho/caracterizacao>
- Câmara Municipal de Tomar. (2015b). *Câmara Municipal de Tomar* (sítio eletrónico institucional): *Tomar: a marca, manual*. Acedido em fev. 11, 2017, em http://www.cm-tomar.pt/images/CMT/municipio/documentos/identidade_grafica/TOMAR_Manual_Publico.pdf

- Câmara Municipal de Tomar. (2017). *Câmara Municipal de Tomar* (sítio eletrónico institucional): *Festa dos Tabuleiros premiada como melhor evento público de Portugal*. Acedido em fev. 11, 2017, em <http://www.cm-tomar.pt/index.php/pt/noticias-lista/1100-festa-dos-tabuleiros-premiada-como-melhor-evento-publico-de-portugal>
- Capêlo, J. M. (2008). *Portugal Templário: A Presença templária em Portugal: Relação e sucessão dos seus mestres (1124-1314)*. Sintra: Zéfiro.
- Carter, J. (2001). *A sense of place: An interpretive planning handbook*. [Scotland]: Scottish Interpretation Network. Acedido em https://portal.uni-freiburg.de/interpreteurope/service/publications/recommended-publications/carter_sense-of-place.pdf
- Carter, J. (2008). Five questions. *Journal of the Association for Heritage Interpretation*, 13(3), 4-5. Acedido em <http://www.ahi.org.uk/www/resources/subcategory/18/>
- Chagas, A. P. (2014). O conceito de património cultural no século XXI: A comunicação social no processo coleccionístico de arte. *Tritão: Revista de História, Arte e Património*, (2), 1-17. Acedido em <http://revistatritao.cm-sintra.pt/index.php/neste-numero-2/o-conceito-de-patrimonio-cultural-no-seculo-xxi-a-comunicacao-social-no-processo-coleccionistico-de-arte>
- Colquhoun, F. (2005). *Interpretation handbook and standard: Distilling the essence*. Wellington: Department of Conservation.
- Convento de Cristo. (2016). *Convento de Cristo* (sítio eletrónico institucional): *Príncipe D. Henrique*. Acedido em fev. 11, 2017, em <http://www.conventocristo.pt/pt/index.php?s=white&pid=223>

Rosa, J. I. C. (1991). Evolução da fisionomia urbana, arquitectónica e construtiva de Tomar.

In J. J. Couto, & J. A. Rosa (Eds.), *Tomar : Perspectivas* (pp. 57-135). Tomar:

Comissão Festa dos Tabuleiros 1991.

Covaleski, R. L. (2012). Artes e comunicação: A construção de imagens e imaginários

híbridos. *Galaxia*, (24), 89-101. Acedido em

<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/8218>

Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, Brasil: EDUSC.

De Groot, J. (2016). *Consuming history: Historians and heritage in contemporary popular culture*. Abingdon, OX: Routledge.

Definições & Estatutos dos cavalleyros e freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo com a historia da origem e principio della ... (1717). Lisboa Occidental: Off. de Pascoal da Sylva.

Fáilte Ireland. (2010). *Sharing our stories: Using interpretation to improve the visitors experience at heritages sites*. [S.l.], Irlanda: Fáilte Ireland. Acedido em

<http://www.heritageweek.ie/wp-content/uploads/2010/06/Heritage-Interpretation-Manual.pdf>

França, J. A. (1994). *Tomar*. Lisboa: Editorial Presença.

Barros, H. G. (1950). *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa Editora.

García Canclini, N. (1999). Los usos sociales del patrimonio cultural. In E. Aguilar Criado (Ed.), *Patrimonio etnológico: Nuevas perspectivas de estudio* (pp. 16-33). Sevilla, Espanha: Junta de Andalucía, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico.

Granada, J. G. (2011). O culto do Espírito Santo e os tabuleiros em Tomar. In *Festa dos Tabuleiros* (pp. 27-40). Tomar: Tomar: Intermagia.

- Ham, S. H. (2002). Meaning making: The premise and promise of interpretation. Conferência apresentada na Scotland's First National Conference of Interpretation. Edinburg, 4 abr. Acedido em https://www.researchgate.net/publication/242763042_Meaning_Making--The_Premise_and_Promise_of_Interpretation
- Harambourg, L. (2013). Origines du musée. *Le Musée en Revolution*, (72), s.p.. Acedido em http://www.academie-des-beaux-arts.fr/lettre/minisite_lettre72/Origines_du_musee.html
- ICOM. (2007). *International Council of Museum* (institutional website): *Museum Definition-ICOM*. Acedido em nov. 22, 2016, em <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>
- ICOMOS. (2008). ICOMOS charter for the interpretation and presentation of cultural heritage sites. *International Journal of Cultural Property*, 15(4), 377-383. DOI: 10.1017/S0940739108080417
- INATEL. (2015). *INATEL Turismo* (sítio institucional): *Festa dos Tabuleiros*. Acedido em jan. 29, 2017, em http://www.turismo.inatel.pt/optitravel/online/www/layout05/pkt/pkt_detail.php?id=7691
- Instituto Nacional de Estatística. (2015). *Anuário estatístico da Região Centro*. Lisboa: INE.
- Izquierdo Tugas, P., Juan Tresserras, J., & Matamala Mellin, J. C. (2005). *Heritage interpretation centres: The Hicira handbook*. Barcelona: Diputació Barcelona.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (1998). *Destination culture: Tourism, museums, and heritage*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2001). La cultura de les destinacions: Teoritzar el patrimoni. *Revista d'Etnologia de Catalunya*, (14), 44-61.

- Melo, P. (2014). *Proposta de criação e programação do centro de interpretação Luís de Camões em Macau*. (Trabalho de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal). Acedido em <https://run.unl.pt/handle/10362/13558>
- Mendes, E. (2011). *Thomar: Dos Templários e dos tabuleiros*. Tomar: Gráfica Almondina.
- Mendes, J. A. (2013). *Estudos do património: Museus e educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Morales, M. J. (1998). Guía práctica para la interpretación del patrimonio: El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante. [Sevilla]: TRAGSA; Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- Oliveira, N. V. (2016). A rotunda românica de Tomar no contexto da arquitetura militar portuguesa. In *A Charola de Tomar: novos dados, novas interpretações: [Atas do colóquio]* (pp. 110-127). Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- Paraschi, A. J. (1986). *Breve guia da expansão geográfica dos cavaleiros e freires templários em Portugal*. Lisboa: Sol Invictus.
- Pavan, C. D. S., Biz, A. A., & Thomaz, G. (2014). Estudo comparativo dos modelos de gestão de destinos turísticos. *XI Anais do Seminário da ANPTUR*, 10, 1-13. Acedido em http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DPG2_pdf/131.pdf
- Peralta, E. (2003). O mar por tradição: O património e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 83–96. DOI: 10.1590/S0104-71832003000200005
- Perez, X. (2003). Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In J. Portela, & J. C. Caldas, *Portugal Chão* (pp. 231-247). Oeiras: Celta.
- Pérez, X. P. (2009). *Turismo cultural: Uma visão antropológica*. Tenerife, Espanha: Asociación Canaria de Antropología; PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.

- Pizarro, C. (2011). *Festa dos Tabuleiros* (blogue). Acedido em jan. 29, 2017, em http://sweet-but-wild.blogspot.pt/2011_07_01_archive.html
- Ricart, F.-X. (2003). *La gestión del patrimonio cultural: Funciones y recursos*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Riegl, A. (1987). *El culto moderno a los monumentos: Caracteres y origen*. Madrid: Visor.
- Roque, M. I. R. (2012). O museu de arte perante o desafio da memória. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi; Ciências Humanas*, 7(1), 67–85. DOI: 10.1590/S1981-81222012000100006
- Roque, M. I. R. (2015). As humanidades digitais no cruzamento entre museus e turismo. *Revista Internacional de Humanidades*, 4(2), 180-194. Acedido em <http://journals.epistemopolis.org/index.php/humanidades/article/view/748/316>
- Santos, C. E. (2008). A charola Templária de Tomar: Uma construção românica entre o oriente e o ocidente. *Medievalista*, 4(4), 1-22. Acedido em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/PDF4/santos-PDF.pdf>
- Sardo, A., & Estevão, J. (2009). *Gestão turística de museus e centros de interpretação: O caso do centro de interpretação da Serra da Estrela*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Turismo de Leiria e Oeste, Instituto Politécnico de Leiria, Leiria. Acedido em http://cassiopeia.ipleiria.pt/esel_eventos/files/3903_03_Lajara_Lillo_4bf547aa3ec54.pdf
- Schaer, R. (1993). *L'invention des musées*. Paris: Gallimard; Réunion des Musées nationaux.
- Serrão, J. V. (1990). *História de Portugal* (v. 1): *Estado, pátria e nação (1080-1415)*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Silva, P. (2001). *História e mistérios dos Templários*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Simões, P. (2004). *Tomar: O eterno encanto da cidade templária*. Riachos: Fotoletras.
- Sousa, I. M. (2002). *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida.

- Sucena, E. (2008). *A epopeia templária em Portugal*. Lisboa: Nova Vega.
- Tavares, V. (2016). *Gestão de marcas*. Lisboa: Escolar Editora.
- Tilden, F. (1957). *Interpreting our heritage*. Chapel Hill Books. The University of North Carolina Press. <https://doi.org/973.07 TIL>
- Timothy, D. (2011). *Cultural heritage and tourism: An introduction*. Bristol: Channel View publications.
- Turismo de Portugal. (2015). *Turismo 2020: Cinco princípios para uma ambição*. Lisboa.
- UNESCO. (1972). *Convenção para a proteção do património cultural e natural*. Paris.
- UNESCO. (2003). *Convenção Para a Salvaguarda Do Património Cultural Imaterial*. Retrieved from <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>
- Uzzell, D. (1998). *Interpreting our heritage : A Theoretical Interpretation*. In *Contemporary Issues in Heritage and environmental interpretation: problem and prospects* (pp. 11–26). London: London: The Stationery Office. <https://doi.org/973.07 TIL>
- Veloso, C. R. (2012). *A igreja templária de Santa Maria do Olival: uma breve síntese*. In *Cister, os Templários e a ordem de cristo: Atas do I coloquio internacional*. Tomar: Instituto Politécnico de tomar; Associação Portuguesa de Cister.

Anexos

Anexo 1- Guião entrevista à Divisão Turismo e Cultura de Tomar – Dra. Ana Soares	-85-
Anexo 2 – Guião entrevista Convento de Cristo – Dr. Álvaro Barbosa (A.B)	-90-
Anexo 3 – Guião entrevista CIBA.....	– 99-
Anexo 4 – Guião entrevista CILT – Projeto intermunicipal RHLT.....	- 102-
Anexo 5 - <i>Charter for The Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites</i> (Síntese) ¹²	-108-
Anexo 6 - Quadro comparação vantagens e desvantagens entre interpretação pessoal e interpretação autónoma	-111-
Anexo 7 – Estaus.....	-112-
Anexo 8 – Identidade gráfica – Cidade Templária	-112-
Anexo 9 – Torre de Menagem e Alambor	-113-
Anexo 10 – Convento de Cristo no tempo do Infante D. Henrique	-114-
Anexo 11 – Convento de Cristo no tempo de D. Manuel I	-115-
Anexo 12 – Convento de Cristo no tempo de D. João III	-116-
Anexo 13 – Era Filipina	-116-

Anexo 1 – Guião entrevista à Divisão Turismo e Cultura de Tomar – Dra. Ana Soares

Guião: semiestruturado

Entrevistado: Dra. Ana soares

Objetivos gerais da entrevista	Questões gerais	Apontamentos
Compreender os principais fluxos turísticos da cidade de tomar. Caracterização do turismo em Tomar.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tipo de turista que visita a cidade. ✓ Motivações para a visita ✓ Tomar no espetro do turismo 	
<p><u>“Tomar – Cidade Templária”:</u></p> <p>Compreender de que forma a marca tem sido aplicada no turismo da cidade.</p> <p>Presença templária no Tomar de hoje</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Caracterização da marca cidade templária. ✓ Influência dos Templários no planeamento / estratégia do turismo da cidade. ✓ Experiência dos Templários do visitante da cidade. ✓ Conservação da memória templária 	<ul style="list-style-type: none"> - O que a distingue. Objetivos. Imagem que a cidade deve deixar no turista. Missão. - Qual a vivência do turista durante a visita da cidade dos Templários. Através do que é sentida esta presença. - De que forma consideram que têm preservado a memória templária, não só ao nível dos monumentos, como das vivências, cultura templária, simbologia, documentos.
Desafios / metas para o programa turístico de futuro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desafios para a estratégia turística, de futuro da cidade. ✓ Templários como futuro do turismo da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidades e ameaças / entraves. - O que ainda não foi feito. - Pela autenticidade que pede, pelo lado espiritual,

		vivência profunda que concerne e a história templária.
--	--	--

1. Tendo em conta o espectro do turismo como caracterizam, na vossa ótica, o turismo na cidade de Tomar?

R.: O público das visitas de curta duração, essencialmente. Motivado pela história, portanto o chamado Turismo Cultural. Relacionado com a prática cultural, motivado pelo nosso património rico, pela história de Tomar. Sobretudo pela questão dos Templários e da temática templária. Nos anos recentes é um tema muito valorizado, em termos mundiais, a questão dos Templários e toda a sua mística, é algo que é muito valorizado e nós aqui beneficiamos disso. Tomar ao ser reconhecida como cidade templária a nível nacional, acabamos por ter essa sorte. É portanto, um público mais orientado para o turismo cultural.

2. Sentem que o público visita tomar, maioritariamente pela temática dos Templários, ou não exclusivamente?

R.: Também, mas não exclusivamente. Muitas das pessoas vêm apenas pelo Convento de Cristo, até mesmo sem associarem à questão dos Templários, mesmo só pela questão do Convento de Cristo. Desde sempre as pessoas se habituaram a visualizar imagens do Convento de Cristo, da janela do convento, nos manuais. É algo que visualmente tem um impacto muito forte e as pessoas acabam por vir, indecentemente de saberem qual a história do Convento de Cristo. É de facto um dos grandes atrativos da cidade, se olharmos para o número dos visitantes o convento de cristo tem não sei quantas vezes mais dos visitantes que vem cá abaixo ao centro histórico. Tem cerca de 200 mil, enquanto que o segundo monumento mais visitado, a Sinagoga tem cerca de 40 mil. Esses 40 mil é um público muito mais específico, num turismo de orientação religiosa. Nós, Tomar temos essa sorte, aqui cruza-se diversas tendências a nível nacional e internacional de turismo, é o caso da questão dos Templários, a questão do judaísmo, temos também o caminho de santiago. Em termos de turismo religioso, nós beneficiamos do facto de termos vestígios destas três correntes, e depois temos a proximidade a Fátima, que também é outro fator relevante, que acaba por ser um turismo mais religioso, porque o de Santiago acaba por ter uma orientação cultural. No caso do judaísmo nem tanto, porque nós

temos mesmos judeus que vem só por causa de esta ser a sinagoga mais antiga da Península Ibérica, e reconhecem a história da Sinagoga e sabem mesmo ao que vêm, portanto é um público informado.

3. Enquanto cidade templária, o que é que a distingue, dos outros destinos? Considerando os seus objetivos, missão e visão como marca.

A questão da cidade templária é mesmo uma marca, nós temos mesmo registado. Nós utilizamos inclusivamente o nosso logotipo da câmara, é assumidamente a marca da cidade. O que é isto nos traz? Traz uma identificação com uma vertente turística com uma temática.

Até mais recentemente, com esta questão dos livros do Dan Brown, esta mística dos Templários, passou de uma escala nacional e europeia, para uma escala mundial. Nós temos grupos de americanos que vêm exclusivamente por esta questão dos Templários, portanto para nós é muito importante esta questão da marca. Como é que a câmara está a trabalhar isso? Neste momento estamos integrados numa associação constituída por Portugal, estando a Câmara de Tomar representada não através do Município mas, através da Rede de Mosteiros Património da Humanidade, e com a cidade francesa de Troyes, onde nasceu o fundador da Ordem - Hugo de Payens -. Nós fundámos a associação na perspetiva de outras cidades templárias se associarem. Já temos duas cidades espanholas, uma cidade italiana em processo de adesão (Perugia) e estamos a criar o embrião para se formular o itinerário cultural das cidades templárias. De facto, se perguntar à nossa presidente qual é a grande preocupação em termos de afirmação energética do município é efetivamente a questão dos Templários, tudo o que tem a ver com Templários a câmara de Tomar agarra.

4. Na perspetiva do visitante, de que forma é que consideram que este experiencia a temática templária?

Com muita regularidade há eventos em torno desta temática. No mês de julho tivemos a Festa Templária. Desde há muitos anos que esta questão dos Templários está presente, basta nós olharmos, por exemplo para o hotel dos Templários, foi contruídos nos anos 50 / 60, já tinha o nome dos Templários. A cruz templária aparece em toda parte, basta olharmos para a nossa calçada, ou seja, é algo que sempre foi uma marca identitária da cidade, é algo onde os tomarenses se revivem. Mas por exemplo o nosso posto de turismo, foi o primeiro posto de

turismo construído para o efeito de posto de turismo, isto nos anos 40, só para mostrar a importância que desde que começa a existir o fenómeno turístico em Portugal, esta questão da história dos Templários e a importância do turismo. Há também a imagem do infante D. Henrique que está logo em frente, que demonstra não só os Templários, como a transição para a Ordem de Cristo, e depois a época dos descobrimentos. Portanto, Tomar tem a sorte de ter tudo isso na sua gênese. É algo que vai facilitando o trabalho, porque assim é quase possível dizer "não é preciso fazer nada porque já cá está tudo", não é bem assim, mas efetivamente há cidades que tem que criar património, inventar, nós aqui para o bem e para o mal, Tomar tem tudo à sua disposição.

5. Numa perspetiva mística, de espiritualidade e até religiosa associada aos Templários, considera que o programa turístico da cidade tem isto em consideração?

A.S: É assim, a Câmara não tem visitas organizadas. De um modo geral são empresas que organizam, e aí eu sei que eles trabalham esta perspetiva. Por exemplo, os Caminhos da História são nossos parceiros na Festa Templária. Procura-se investigar isso, mas assim o visitante que procura a questão templária não é tanto com a motivação religiosa, é mais pelo conceito místico, das ideias associadas aos Templários, da filosofia. Não é o mesmo turista que visita Fátima. Na questão do judaísmo sim, na questão dos Templários não é tanto por aí. É mais pela história, da importância da Ordem. Muitas das pessoas nem identificam os Templários como uma Ordem Religiosa, mas sim como uma Ordem Militar. Inclusivamente, acredito que se fizemos uma sondagem e perguntarmos aos visitantes se os Templários é mais turismo militar ou religioso, a maior parte das pessoas vai responder turismo militar, não tanto turismo religioso. Porque não se lembra daquela vertente dos frades-guerreiros, sendo esta a visão que eu tenho. Nunca investiguei isso, mas toda aquela mística que existe em torno dos Templários, e todas as recriações feitas em volta destes, mesmo em eventos como na festa templária, é mais por esta vertente militar, do que propriamente pela religião, é claro que depois tem sempre em consideração aqueles valores defendidos pelos Templários, da humildade, do despojamento das riquezas, apesar de serem uma Ordem muito rica, é mais por aí do que por uma questão de fé. O que associamos aos Templários é mais a questão da espada, do cavaleiro, muito mais isso. Muitas pessoas nem sabem porque surgem os Templários, aquela ideia de defenderem a terra santa, porque já na altura era uma questão muito dúbia.

6. Numa questão mais associada à própria simbologia, por exemplo, na questão da Charola que tem a ligação ao Santo Sepulcro, em Jerusalém, essa simbologia é dada a conhecer?

Sim é dado a conhecer. Mas como lhe digo muitas das pessoas não tem a noção do que significa. E no caso do Convento de Cristo são poucas as que percebem a própria organização do monumento, porque ele próprio cresceu ao longo dos séculos. Os tomarenses conhecem-na, e os visitantes acabam por conhecer na visita, agora se é algo que marca muito ou não, depende.

7. E por exemplo no caso da Igreja de santa Maria dos Olivais?

As pessoas aí reconhecem. O publico que vai ver a igreja não é tanto pela sua monumentalidade, mas mais pela ligação aos Templários, como igreja templária e panteão dos Templários.

8. Quais consideram ser os principais desafios a nível do turismo da cidade? Numa perspetiva de oportunidades e entraves.

Como lhe disse há esta questão que é a estratégia da afirmação da marca templária, na perspetiva de integrar redes a nível europeu e mundial, que permitam dar uma maior dimensão a esta temática templária. Daí o nosso forte envolvimento com a cidade francesa, no sentido de criarmos essa rede de cidades europeias, de origem ou presença templária. É essa a estratégia nos próximos tempos. É a temática mais recorrente, por exemplo, vou lhe dizer que este ano na Festa Templária, nós tivemos a colaboração de uma empresa de animação de Santa Maria da Feira, que para a mesma altura tinha várias propostas, mas que nos disse, que obviamente tinham que escolher Tomar, pela importância dos Templários, e por ser Tomar e Templários, ser uma questão genuína, nós não temos que criar, temos a legitimidade para evocar essa história.

9. Uma curiosidade, falou-me dessa questão da rede europeia de cidades templárias, mas a nível do território português tem sido pensado algo neste mesmo sentido?

A ideia é Tomar ser a cidade que representa Portugal, nessa rede a nível europeu, e ser depois Tomar a polarizar as outras cidades com ligação aos Templários, que só aqui nas imediações temos *Dornes*, o castelo de Almourol, Pombal, Castelo Branco, portanto há aqui uma série de ligações, a maior parte dos castelos na linha do Tejo, são parte da linha defensiva templária e, portanto, isso será um processo mais à frente. Nós, neste momento queremos consolidar este projeto. Nós, inclusivamente tivemos uma reunião no Luxemburgo, com a entidade que faz a validação dos patrimónios culturais, e eles inclusivamente disseram que é importante que outras cidades a nível europeu adiram à rede, antes de se criar o itinerário, ou seja, o itinerário quando for criado já tem que ter uma grande representatividade a nível europeu e essa a nossa preocupação agora. Porque depois o trabalho acaba por ser mais fácil.

Anexo 2 – Guião entrevista Convento de Cristo – Dr. Álvaro Barbosa (A.B)

Data de Realização: 8 de Dezembro 2016

I.P. O Convento de Cristo sendo o *ex-libris* da influência templária, como é que essa variável tem sido visto a nível da estratégia de promoção do monumento?

AB: Um aspeto que acho importante frisar antes de mais é o seguinte: O Convento de Cristo tem em si uma memória e um passado que é transversal às modas, ou aos eventos que na sociedade atual, nomeadamente em relação a Tomar e à atividade económica. Ou seja, quando se fala em promoção estamos a falar de alguma coisa que necessita de ser elevada a um patamar acima do que ela está. Ora eu considero que o Convento de Cristo não precisa de ser elevado a um patamar superior, porque o patamar dele já é elevado. O que eu acho é que aquilo que o Convento de Cristo pode ter a dar à sociedade é que não está a ser devidamente valorizado.

Na verdade, o incremento que tem existido, nos últimos trinta anos, que é o que eu posso falar, fui eu que os vivi, em relação ao interesse das populações em geral, a todos os níveis, pelo monumento é muito grande. Enquanto património nacional, mundial e enquanto memória do que foi a Ordem dos Templários, e depois na sua continuidade em Portugal, desde o final da idade média, e pelo período do renascimento fora com a Ordem de Cristo. Portanto, gradualmente tem havido um interesse de vários sectores da cultura ocidental, e digo cultura ocidental para não falar numa só sociedade, porque é algo geral por este monumento. Agora o que eu acho é que a sociedade civil mais vizinha do monumento, neste caso a sociedade

tomarense e depois as organizações de carácter histórico, lúdico, e aí já entra a vertente turística se passaram a interessar por este tema. A cultura passou a fazer parte dos lazeres, portanto há quarenta anos não era bem assim, só uma minoria muito pequena se interessava por estes factos culturais, depois foi se expandindo, e felizmente, porque isso é um indicador que a sociedade vai evoluindo. Apesar dos constrangimentos, a nível cultural e também a meu ver espiritual, porque o interesse pelo conhecimento tem esta vertente. Portanto a promoção do Convento de Cristo, pelas entidades oficiais tem sido, principalmente, uma preocupação de prover à sua conservação. Sabe que este edifício tem 4 hectares e meio de área bruta construída, e só o espaço onde as pessoas podem andar, ou seja, a área útil são 3 hectares e meio. Penso que se houver um fenómeno de massa critica crescente, porque ele existe só que o seu ritmo é lento, portanto se ele for mais implementado, mais célere podemos transformar o Convento de Cristo num centro cultural de encontros. Este era o projeto que há 30 anos estava para este monumento, e que mesmo sem a possibilidade dos poderes públicos do implementar, porque antes as entidades culturais, ou melhor centros culturais, eram mais centralizadas nos grandes locais de aglomeração. O Convento de Cristo passou a ser apenas um aspeto de memória, repositório de memória, que não pode ter essa valência.

IP. O Convento de Cristo enquanto património acaba por ser representativo de toda a história de Portugal, tem essa memória. Mas de que forma se tem envolvido com sociedade?

AB: Mas isso foi aquilo que o estado pode fazer, conservar o monumento em si. Quanto a mim, não foi possível, devido a conjuntura de Portugal, passar para um centro cultural de encontros internacional, como estava planeado há 30 anos, isso está presente nos Atos de Tomar, nos anos 80, as declarações dos responsáveis pelo património. Curiosamente, essa ideia de centro cultural foi existindo de forma espontânea. As coletividades ligadas ao meio da cultura e ao estudo universitário, perceberam essa valência cultural e tentaram vir até ele com essa atitude, então passaram a organizar-se de uma forma espontânea apoiados naquilo que era possível pelas instituições de património. Existiram cursos de verão, cursos de história por exemplo, houve até cursos de pintura, utilizado para música, seminários de música, estágios, estágios de teatro também. O Convento de Cristo passou a ter um conjunto atividades, a partir da sociedade civil, ao mesmo tempo que surgia um interesse maior por parte da sociedade civil. Era aqui que queria chegar, eu entendo que a verdadeira promoção vai com o conhecimento do que foi a sua

história e a sua herança histórica e artística, uma vez que o Convento de Cristo possui um reportório arquitetónico de estilos variados, ora quanto mais as pessoas se interessarem por este espaço em si, nos seus diversos aspetos, mais essa promoção está a acontecer, não é feita, a verdadeira promoção vai acontecendo.

IP: Ou seja, o interesse por parte da sociedade é que impulsiona e faz acontecer esta promoção do monumento e todo o seu património.

AB:.. Exatamente. A outra maneira de promover seria de facto ter uma organização própria para fazer a sua utilização cultural, eu não posso dizer dinamização cultural porque eu acho que o Convento de Cristo não necessita de dinamização. Enquanto funcionário nós fartamo-nos de trabalhar só pelos eventos que acontecem espontaneamente cá, os congressos, os simpósios, seminários, os cursos que lhe falei. Agora de facto precisaríamos de entrar no outro aspeto, como se fosse organizar uma organização que permitisse de facto uma maior utilização do convento de uma maneira mais espontânea, mais fácil quero eu dizer, sabe que qualquer atividade que cá se faça acarreta muitos custos, de pessoal de apoio e logístico, mas terá que partir de estruturas ou organizações criadas pela sociedade civil que façam esse trabalho, que não tem que ficar adstrito ao funcionalismo público. Só há meia dúzia de anos, é que passou a existir em Tomar, uma empresa de turismo cultural, que agora não me recordo o nome.

IP: Os Caminhos da História?

AB: Caminhos da História, exatamente. Esses sim tem trazido, e dinamizado o convento na medida em que o Convento não tem capacidade de resposta, por exemplo no que reporta às visitas em língua estrangeira, nos últimos anos acontece que eu me prestei a estudar inglês para fazer visitas em inglês, mas não é a função de um funcionário público fazer de guia, a sociedade civil é que tem que guiar os civis. O que eu acho é que faltam associações, empresas, talvez mais empresas que tem uma dinâmica mais forte.

IP: Uma empresa que teria que ser apoiada por associações/ organizações como o Turismo de Portugal, por exemplo.

AB: Exatamente. E que interaja depois com outros grupos sociais. Penso que essa é a grande aposta. Claro que Portugal não estava preparado para isso, agora já começa a estar, sobretudo porque o turismo tem tido um maior impacto.

IP: Ou seja, considera que será mais correto falar-se numa valorização, ao invés de promoção, uma vez que tem que ser a sociedade civil a valorizar o seu património para que este seja promovido, por esta mesma sociedade.

AB: Exatamente, porque o estado tem cumprido a sua missão, tem gasto rios de dinheiro na conservação deste monumento. Eu sou testemunha disso porque eu vim para cá como conservador, portanto sei de perto quanto é que o estado tem gasto neste monumento. Sei os milhões que se gastam aqui, e sei os problemas que tem a conservação do monumento, a qual passa essencialmente por um ponto chave, que é o uso. Um edifício que é usado, é conservado, porque os utentes o conservam. Porque são estes utentes que alertam para a necessidade de reparar determinadas situações, se ninguém o utiliza, ninguém irá ver o que é preciso reparar.

IP: Seguindo a ideia de que parte da sociedade civil valorizar e consequentemente promover o monumento, considera que a sociedade tem valorizado de forma significativa? O que é que o Convento de Cristo tem que provoque na sociedade a atenção para a sua valorização?

AB: Possui uma certa aura relacionada com a história de Portugal, mas não só, com a história da cultura europeia. Eu há cerca de 28 anos, estive em tomar um grande escritor de história – Daniel Boorstin – que na altura estava à escrever um livro sobre os descobridores, e por isso, visitou o Convento de Cristo. E foi nessa altura que me dei conta da importância para a cultura ocidental e para a cultura moderna que tinha o convento de cristo, na medida em que foi o berço da massa intelectual e diretiva dos descobrimentos, os cavaleiros de Cristo com o Infante D. Henrique tornaram-se os capitães de terra e de mar das terras descobertas e isto durante os governadores que lhe sucederam. A cavalaria de Cristo teve, de facto uma importância crucial na defesa dos interesses de Portugal nas terras além-mar, nomeadamente na Índia.

IP: No entanto é uma falha a forma superficial com que essa influência da Ordem de Cristo, a importância do Convento de Cristo e de Tomar, é abordada, por exemplo, nos

livros de história escolar. Penso que só quem quiser procurar é que conhece verdadeiramente essa importância, e sendo algo tão predominante na história deveria ser mais valorizado/ promovido. Nesse aspeto e tendo em conta o que já vivenciou, qual considera ser o fator que atrai mais os visitantes a visitar o Convento de Cristo?

AB: Sabe que por toda a Europa existe um movimento muito antigo que vem desde o tempo que os Templários foram abolidos como Ordem do Templo, mas que se manteve de uma maneira latente, inicialmente ela era escondida por força das ameaças de excomunhão a quem se assumisse como templário ou usasse as suas vestes. A excomunhão era algo grave. Então o que se passa é que com a revolução Francesa, sobretudo, essa memória foi ressuscitada, porque o poder religioso foi banido da cena política, o estado tornou-se laico, já não estava ligado à igreja. Com o laicismo da sociedade tornou-se mais aberto este encontro com o passado, passou a existir um interesse nestas tradições, ou que foram esquecidas e que tinha a ver com oriente, ou então com uma procura moderna de outras fontes de espiritualidade. Eu não quero dizer que a herança templária seja uma fonte de espiritualidade, mas está metida.

IP: É uma das muitas formas de visualizar a herança dos Templários, um ponto de partida talvez.

AB: Sim, um ponto de partida de certa forma. Há 30 anos realizaram-se dois encontros internacionais de Tomar, onde vieram pessoas ligadas à literatura e filosofia, que dissertavam sobre temas ligados à cavalaria espiritual, um conceito que surge no século XVIII, com o iluminismo quando a cavalaria já não tinha significado com as armas de fogo, tornou-se obsoleto. Ninguém andava de cavalo tornava-se um alvo mais fácil, o conceito de manobra militar passou a ser outro, mais a infantaria. Começou a existir este conceito de cavalaria espiritual, tomando como ponto de partida os romances de cavalaria medievais, a partir daí a ligação entre cavalaria e espiritualidade foi buscar a memória aos Templários. Penso que o interesse que existe à volta do Convento de Cristo, tem a ver com essa herança espiritual dos Templários.

IP: Mas esse lado marcadamente espiritual que existe à volta dos Templários e toda a sua história, todo o misticismo que os envolve, não pode de certa forma ser interpretado por

muitos de uma forma desapropriada, talvez também pela influência de obras romanceadas como o Código Da Vinci?

AB: Sim, que acabam por puxar muito esse lado das sociedades secretas. Mas sabe qual a origem destas sociedades secretas? Elas tornaram-se secretas para se protegerem de um determinado tipo de poder, que já no tempo dos imperadores romanos existiam estas sociedades, que eram proibidas pelos imperadores, que as viam como ameaças. Porque o cristianismo inicialmente existia com base nestas mesmas sociedades secretas.

IP: E voltando à questão da importância da sociedade na valorização deste monumento, o que é que acha que pode ser feito para impulsionar os civis a querer promover e preservar este monumento, e também a memória templária?

AB:.. Tudo passa pela divulgação. Neste aspeto temos estado a trabalhar bem, claro que a iniciativa parte sempre do poder central, por exemplo temos agora um sistema informático que nos permite ter um site oficial, e um *facebook*. Procuramos divulgar por esses meios o que acontecem no convento. Mas cada vez mais há eventos que fazem a sociedade civil envolver-se com o monumento e, como já referi, é necessário existir estruturas que permitam implementar estas atividades a partir da sociedade civil, até aqui temos aberto completamente a isso, a direção do Convento de Cristo tem feito vários protocolos para trazer essas instituições ou disponibilizar as instalações. Quer seja a comunidade intermunicipal do medio-tejo e todos os municípios relacionados, as instituições universitárias, de carácter social, temos um pequeno serviço educativo, que dá muito apoio, sobretudo, às crianças e à população que tem menos acesso à informação cultural, e às quais é mais necessário o contacto humano do que propriamente lerem um livro, portanto tudo isso acaba por criar uma certa vida, que eu acho que tem que continuar a aumentar, a partir, no meu ponto de vista, da criação de empresas e da envolvência da sociedade civil e protocolos ou acordos com a direção do Convento de Cristo, tudo é possível nesse aspeto.

IP: Tem é que existir o interesse para se fazer.

AB: Exatamente! Nós não podemos fazer acenos, o Convento de Cristo é bem visível, o fazermos acenos é redundante, o Convento de Cristo já é um aceno à sociedade, já tem a visibilidade. Agora tudo depende da evolução e da conjuntura.

IP: Mas também tem que partir do poder autárquico em Tomar essa preocupação.

AB: Sim, também acho que sim.

IP: E considera que tem existido essa preocupação na estratégia turística da cidade?

AB: Em relação à autarquia tem várias frentes de combate e por vezes vai avançando mais numa e menos noutra conforme a conjuntura. Tenho notado nos últimos anos uma grande vontade da autarquia de interagir com o monumento, houve anos em que estavam completamente desfasados. A minha opinião pessoal, embora nunca me tenha envolvido muito em políticas, é que a autarquia só faz coisas se a sociedade civil também fizer alguma coisa, porque esse é que o papel dela. Se houver uma associação que queira reunir-se para promover uma determinada zona/ aspeto da cidade, a autarquia vai lá.

IP. Mas não deveria a autarquia também ter esse papel de provocar essa preocupação?

AB: Tem o programa dela. Ou seja, quem está no poder autárquico tem um programa e tem que desenvolver linhas de ação em consonância com esse programa, se não o fizer está a falhar ao programa eleitoral, aí terá as consequências. Mas quase sempre a autarquia só avança quando existe uma pressão social, lá está, se está a combater aqui folga ali. É um pouco do que se passa na nossa autarquia. É complexo gerir uma cidade como Tomar onde praticamente desapareceram determinados focos de dinamização económica. Repare, eu em quase 30 anos que aqui estou assisti ao desaparecimento das fábricas de papel, da Matrena, depois o Prado, a fabrica de fiação, as fabricas Mendes Godinho, tudo isso desapareceu de Tomar. Antigamente as pessoas olhavam para esses polos para arranjam emprego, o cidadão comum, e depois, após os estudos, procurava para se radicar na sua terra trabalhar em polos económicos, que desapareceram. Para onde olham agora as pessoas? Para a Câmara ou para o Convento! Penso que esta atitude é uma atitude redutora. Se calhar é assim mesmo, quando se fala nas cidades americanas que ficaram completamente desertas, mas isso também aconteceu em Portugal! Eu

há 30 anos sabia que a vila de Jurumenha estava a saque! Porque não tinha população e iam pessoas de fora e pura e simplesmente levavam tudo o que lá estava, coisas de valor, obras de artes, porque aquilo ficou deserto. E agora em Tomar, acontece que ao olharem ao redor e não verem os antigos polos económicos, as pessoas saem.

IP: Apesar de ser uma cidade reconhecida como a Cidade Templária, eu vejo que existe um foco na valorização do Convento de Cristo, apesar de toda a cidade expressar a história templária. Na entrevista que realizei à divisão de turismo em termos estatísticos, falou-se em cerca de 250 mil visitantes ao convento, enquanto que o segundo monumento, a sinagoga, teria apenas 40 mil. Não deveria existir uma estratégia que procurasse promover a cidade no seu todo?

AB: É verdade, mas eles precisam de entender que são duas escalas diferentes. Primeiro que tudo Tomar era uma comenda da Ordem do Templo, ao qual foi dado foro aos seus povoadores. Isto é tal e qual como o futebol se as pessoas valorizarem a sua camisola é bem para todos, portanto eu penso que é o que tem que acontecer. Há uns anos atrás ouvia dizer que “o convento de cristo estava lá em cima muito isolado”, para mim isto é parte da incompreensão do problema! Até pensavam por um teleférico para que as pessoas viessem cá em cima, ou fossem lá abaixo. Ora existe uma estrada, que vem desde a entrada da Mata dos Sete Montes! As pessoas vêm cá a cima! Mas porque é que não vão lá abaixo? Ora o que eu acho é que o problema está a ser mal equacionado, tem que haver diversidade de oferta, para que as pessoas tenham interesse em visitar a cidade, e muito desse interesse parte das pessoas que lá estão! Não é tanto só pelos monumentos. Não há nada na cidade de Tomar que possa competir com a carga histórica e monumental do Castelo Templário e Convento de Cristo, não há nada. Mesmo a São João Batista e a Santa Maria do Olival só pela sua tradição histórica e mesmo assim é preciso mostrar às pessoas de Tomar porque é que são importantes e como é que estão testemunhados no corpo dos edifícios, porque eles estão lá!

Mais do que uma vez, tive pessoas que me ligavam porque queriam ver a Santa Maria do Olival e a igreja estava fechada! Ora para a igreja ser visitada tem que se ligar ao padre a marcar-se hora, porque não pode ser o padre a ocupar-se de arranjar uma estrutura que apoie as visitas diários ao local! As pessoas vivem alheadas do interesse que este monumento possa ter! A própria igreja de Santa Iria, uma joia do renascimento e também do manuelino, está mais vezes aberta, porque? Pertence a um privado, que tem o cuidado de ter lá sempre alguém!

IP: Tudo isso acaba por prejudicar a capacidade atrativa da cidade.

AB: Repare. Por vezes encontro em inglês mais informação sobre a Ordem de Cristo do que em português! Apesar disto, nos últimos 30 anos tenho notado que existiu um interesse crescente, por parte de instituições variadas, na história da Ordem de Cristo e nas Ordens e houve câmaras que souberam aproveitar isso, Por exemplo, Palmela que começou com os mesmos encontros históricos, mais tarde que Tomar, tem um centro de estudos histórico com obras publicadas e com biblioteca. Tomar não tem nada! Palmela era a sede da Ordem de Santiago, uma ordem que não teve a mesma importância que a Ordem de Cristo, mas mesmo assim fez algo para preservar esse legado. Tem a ver com as populações, não posso dizer que seja apenas culpa da câmara. Os poderes autárquicos têm um grande papel a desempenhar, mas se não houver alguém que se imponha, e não existirem ações que façam algo, não se muda nada.

IP: É preciso que a sociedade não só conheça a sua história, e a sua importância, e que demonstre vontade de fazer diferente, de fazer algo.

AB: Exato. Eu vou-lhe dar um exemplo. Existe em Tomar um Núcleo de Arte Contemporânea, mas não tem um núcleo da história de Tomar, quando há tanta coisa para ser contada e material arqueológico! Eu fui convidado há uns anos atrás para fazer parte do grupo que organizava a constituição do Museu da Cidade de Tomar, mas o núcleo que foi para a frente, por vontade das pessoas, foi o de Arte Contemporânea, o da história da cidade morreu! Por dois mandatos que teve o mesmo presidente da Câmara, isso nunca se conseguiu fazer, e havia o Convento de São Francisco que tinha ótimas condições para ser o espaço, pessoas que iriam lá trabalhar e nunca foi avante! Não eram dois ou três interessados que iriam levar o projeto para a frente! Tem que existir uma mudança cultural e, principalmente de mentalidades, principalmente do povo de Tomar! O turismo poderá ser mais atraente quando os tomarenses forem mais atraentes. E não pensem que o Convento está aqui em cima, distante.

IP: É necessário a existência de uma massa crítica. Talvez, parte do problema passe pela dificuldade que existe na fixação da população derivada da perda de polos económicos

relevantes, que levam também os jovens a saírem, apesar de tomar ter a vantagem de possuir um Instituto Politécnico.

AB: Sim, e o Instituto tem trabalhado muito connosco em projetos conjuntos. É isso, acima de tudo uma mudança de mentalidades seria essencial.

IP. Muito obrigada, pela sua colaboração e disponibilidade.

Anexo 3 – Guião entrevista CIBA

Parte I - Planeamento interpretativo

IP. Quais as razões identificadas que levaram à decisão de construção do centro de interpretação sobre a batalha de Aljubarrota?

R.: A FBA entendeu que era indispensável intervir e desenvolver as potencialidades históricas e culturais deste local e para tal fez um protocolo com o Ministério da Defesa Nacional com vista à recuperação e valorização do Campo de São Jorge.

IP. Sendo a identificação do público-alvo um dos pontos de partida para a definição de um plano interpretativo, no vosso caso como é que este foi identificado e estudado?

R.: A FBA definiu para o CIBA um conceito de linguagem baseado no *edutainment* – educação e entretenimento – e por isso o público-alvo é o mais alargado/heterogéneo possível. A opção de elementos expositivos de fácil acesso/interpretação foi o 1º passo.

Outro, igualmente importante, é a atuação do serviço educativo. Sendo o tema da Batalha de Aljubarrota um conteúdo programático do ensino português, o serviço educativo, dirige-se ao público escolar transmitindo de forma adequada aos vários ciclos.

IP. Quais consideram ter sido as etapas que orientaram todo o vosso projeto desde a conceção à implementação?

R.: Julgamos melhor falar em percursos que em etapas. As etapas são demasiado lineares: traçar/identificar necessidades e desenhar as soluções. A implementação do CIBA fez-se com vários percursos em paralelo. A pesquisa documental, os trabalhos de arqueologia – escavações; a arqueologia experimental – sigologia; a preparação do campo – projeto paisagístico respeitando a valorização do terreno; a reestruturação do edifício (ampliação); o desenho dos projetos museológicos e museográficos e a implementação.

IP. Como foi formulada a equipa inicial do projeto e que fatores tiveram em consideração?

R.: Polivalência! Desde sempre se desejou, e conseguiu, uma equipa multidisciplinar nas várias áreas do conhecimento. No início do projeto arquitetos, designers, engenheiros, paisagistas, apoio jurídico, entre muitos outros. Ao nível dos conteúdos e da sua comunicação em várias vertentes história - militar, medieval – arqueologia, línguas, museologia/museografia, novas tecnologias e multimédia, serviços educativos, ...

IP. A nível colaborativo quais as principais organizações / instituições que convosco colaboraram?

R.: Num 1º nível o Ministério da Defesa Nacional, o Ministério da Cultura, o IPPAR, a Direção Regional da Cultura do Centro, pois em paralelo esteve o processo de classificação do Campo. Outras instituições que colaboraram com o desenvolvimento do projeto foram a Faculdade de letras do Porto, a Faculdade de letras de Coimbra, a Universidade Nova, o Instituto Camões, o Instituto de Arqueologia de Coimbra, os Museus Militares, o Exército Português.

IP. De que forma a comunidade foi envolvida?

R.: Este tema, esta História, é do interesse nacional e é neste contexto que queremos estar. A comunidade local foi e é envolvida ao nível da execução de trabalhos no CIBA e ao nível dos eventos, atividades e comemorações. A participação da comunidade local reflete-se também com as instituições do poder local (Juntas de Freguesia, CM, outras).

IP. Quais os principais obstáculos sentidos durante todo o processo?

R.: Não existiram grandes obstáculos na criação do CIIBA nem foram considerados obstáculos os condicionalismos impostos pela tutela relativamente à construção do CIBA.

IP. Quais consideram ser os principais desafios para o futuro?

R.: Aumentar a atratividade! Através de uma oferta variada cujo trabalho estamos a desenvolver neste momento, quer ao nível expositivo – com uma nova linguagem expositiva – quer ao nível comercial – parcerias e outros.

Parte II – Ação do CIBA

IP. Quais os serviços que compõem a oferta do CIBA, e quais foram os objetivos estabelecidos para cada um desses serviços?

R.: Bilheteira – bilhetes para visitar o CIBA; complementos de visita; outros bilhetes/programação; Serviço educativo – contactar/auxiliar o público; Cafetaria – refeições a par da visita; Loja – venda de merchandising temático e outros; Área Comercial – captação de novos públicos e parcerias.

IP. Ao nível dos vários meios interpretativos que disponibilizam, quais consideram ser os mais atrativos e porquê?

R.: O espetáculo multimédia por ser uma recriação histórica bastante rigorosa e produzida com os meios atuais audiovisuais. Este prende a atenção do visitante envolvendo-o na narrativa.

IP. De que forma avaliam, por um lado a ação do centro tendo em conta a sua missão e objetivos; e por outro a satisfação dos vossos visitantes?

No contato direto com o público sabemos que é positiva. E claro, na concretização dos objetivos estabelecidos pela FBA.

IP. Consideram que a construção deste centro de interpretação influenciou positivamente o turismo da região? De que forma é que foi sentida essa influência?

R.: Sim, as pessoas que visitam o CIBA criam o seu próprio roteiro de visitas culturais permanecendo mais tempo nesta região; relativamente aos grupos organizados sucede o mesmo, sendo que os locais a visitar dependem das preferências do grupo.

IP. Tendo em conta a vossa experiência, quais consideram ser os principais fatores determinantes do sucesso de um recurso turístico como um centro de interpretação?

R.: O cumprimento dos objetivos estabelecidos, a redefinição de novos e o desenho/solução para os alcançar. O bom acolhimento do público é fundamental e sempre um bom trabalho de equipa!

Anexo 4 – Guião entrevista CILT – Projeto intermunicipal RHLT

Tipologia de entrevista: Não estruturada

Objetivos:

- 1 - Compreender os processos base do planeamento interpretativo do projeto da Rota Histórica das Linhas de Torres, com foco na criação dos centros de interpretação;
- 2 - Percecionar a atuação do projeto tendo em consideração, numa perspetiva interna, os meios expositivos dos centros interpretativos, e no que respeita à sua ação externa, a envolvimento com a comunidade e os impactos no desenvolvimento do turismo da região.

Descrição entrevista:

A entrevista realizou-se no núcleo sede do museu municipal de Vila Franca de Xira, tendo compreendido, ainda, uma visita ao Centro Interpretativo Forte da Casa, incluído no conjunto de seis centros que constituem o projeto intermunicipal das Linhas de Torres. A informação contida neste documento foi produzida com base nos dados e informações obtidas durante a entrevista, juntamente com a consulta de documentos disponibilizados pelas responsáveis da divisão de património e museus, produzidos durante a conceção do programa para a salvaguarda, recuperação e valorização das linhas de torres.

Apresenta-se a informação tendo em conta os objetivos propostos e respeitando o decorrer da entrevista realizada, ou seja, numa primeira parte, o planeamento do projeto em causa; e por último, a ação deste projeto, com foco para os centros interpretativos.

Objetivo 1 - Compreender os processos base do planeamento interpretativo do projeto da Rota Histórica das Linhas de Torres, com foco na criação dos centros de interpretação:

O projeto que compreende o programa para a salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas de Torres, teve o seu início em 2000, quando os seis municípios – Arruda dos

Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira - que englobam as linhas defensivas de torres, reconhecem a importância do património histórico e arquitetónico, decidindo trabalhar em conjunto o mesmo, numa perspetiva de valorização, salvaguarda e divulgação deste património, decidindo o foco nas 1ª e 2ª Linhas defensivas.

Assim, o primeiro passo foi efetuar um extensivo rastreio das ruínas deste sistema defensivo, uma vez que até a esta altura, não existia uma consciência clara sobre a existência e o estado de conservação destes redutos. Tendo sido um elemento fundamental a realização de revistas aéreas e elaboração de materiais cartográficos.

Deste trabalho resultou, em 2002, na definição do programa para a salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas de Torres, em parceria com o IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico, atualmente corresponde à Direção Geral do Património, tendo sido definidos os seguintes objetivos orientadores:

- a) Salvaguarda, recuperação e valorização do património integrante das Linhas de Torres;
- b) Definição dos critérios orientadores para a gestão do património;
- c) Proteção dos sítios mais emblemáticos das 1ª e 2ª Linhas defensivas;
- d) Requalificação urbana e paisagística das áreas de implementação do conjunto e dos sítios que o integram;
- e) Criação de um produto turístico, cultural e arquitetónico com a divulgação à escala nacional e internacional;

- f) Transformação deste património cultural num polo de desenvolvimento local, ao nível dos vários municípios.

Este programa incluiu, ainda, a criação de projetos como circuitos turísticos; o design de comunicação, através da criação do logótipo e de materiais de Merchandising; conceção de sinalética; e o planeamento de centros de interpretação e acolhimento.

Dada a envolvimento de seis municípios distintos neste projeto, foi necessário a constituição da Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT), durante o ano de 2006, de forma a que fosse possível a definição de políticas comuns de gestão e comunicação. Estas ações tiveram o apoio / parceria do Exército Português; da extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o Instituto de Gestão

do Património Arquitetónico e Arqueológico, a Direção Geral de Cultura (DGPC), o Turismo de Portugal, entre outros parceiros determinantes.

Mais tarde esta plataforma reuniu-se na formulação de uma candidatura internacional ao EEA Grants 2007-2011, tendo por base a transformação deste património num valioso recurso educativo. Este apoio possibilitou a construção dos alicerces para a criação de uma Rota Histórica das Linhas de Torres. Sendo o objetivo fundamental a criação de um produto turístico-cultural, que incluía a realização de visitas intermunicipais, apoiado numa rede de seis centros de interpretação – com objetivo de estudar e comunicar o património das Linhas de Torres -, tudo isto baseado numa política que se relacione diretamente com o território e a comunidade.

No que respeita aos centros interpretativos que formulam esta rede, é necessário esclarecer que cada município apresenta o seu próprio centro interpretativo, e por isso, numa lógica complementar, cada um deles, formulou uma temática associada ao seu território, dentro do contexto da guerra peninsular e das invasões francesas.

Tabela 1

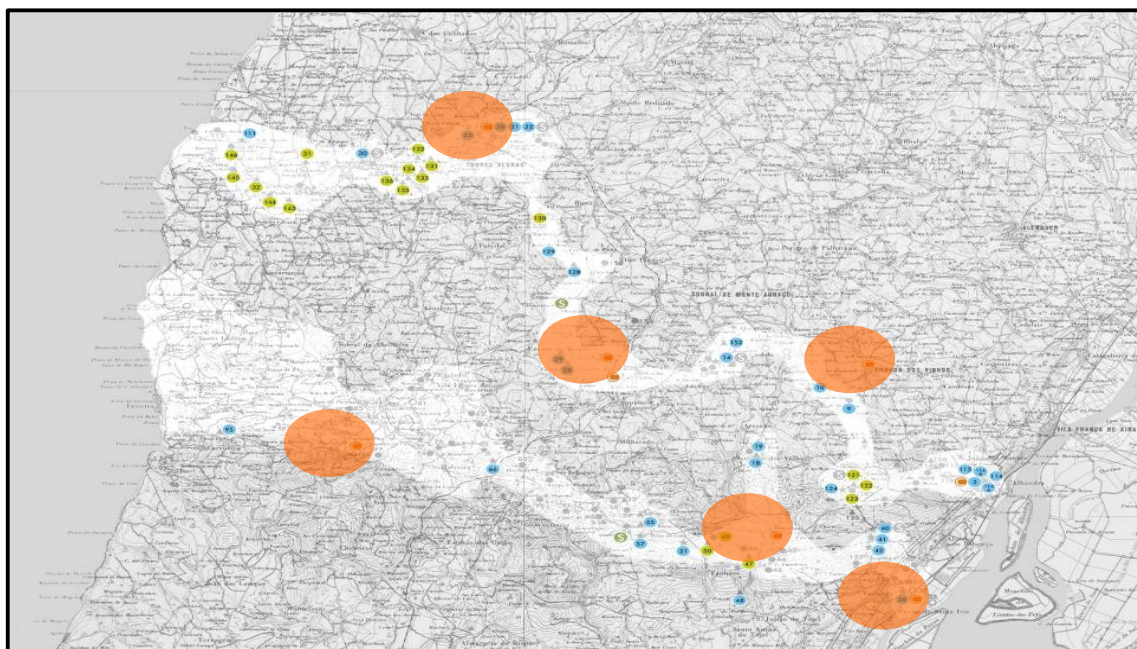
Centros Interpretativos da Rede Histórica das Linhas de Torres

Centros interpretativos das Linhas de Torres	Temática Específica
---	----------------------------

CILT Arruda dos Vinhos	Política terra queimada
CILT Bucelas	Esforço das comunidades na construção das Linhas e no esforço da guerra
CILT Mafra (Casa do Risco) + CILT Serra do Socorro	Forças napoleónicas e ocupação na primeira invasão + Comunicações visuais e sistema telegráfico das Linhas de torres
CILT Sobral Monte Agraço	Quartéis gerais e estratégia militar
CILT Torres Vedras	Arquitetura militar e técnicas de construção / equipamento
CILT Forte da Casa	O impacto social da 3ª Invasão Francesa

(Fonte: elaborado por I.P)

Mapa da localização dos 6 Centros de Interpretação:



Fonte: (Museu Municipal de Vila Franca de Xira)

Ao nível dos obstáculos, sentidos pela equipa, na formulação deste projeto destacaram o facto de envolver seis municípios distintos, ao longo do tempo, associados as cores políticas

diferentes, o que levou à dificuldade na criação desta estratégia comum, apesar de no geral, considerarem que a plataforma intermunicipal conseguiu procurar o consenso, tendo conseguido construir um projeto que beneficiou o desenvolvimento local e a formulação de boas práticas turísticas e culturais. Na mesma linha a extensão territorial do sistema defensivo foi identificado como tendo sido uma condicionante. A envolvência urbana é referida, principalmente referente ao exemplo do CILT do Forte da Casa, que ao encontrar-se no centro da vila tem sido sujeita a algumas ações de vandalismo e desrespeito pelo local, sendo a falta de identificação com o seu significado, indicada como uma das possíveis causas para estas ações.

Objetivo 2 - Percecionar a atuação do projeto tendo em consideração, numa perspetiva interna, os meios expositivos dos centros interpretativos, e no que respeita à sua ação externa, a envolvência com a comunidade e os impactos no desenvolvimento do turismo da região.

Relativamente a este objetivo a visita ao Centro Interpretativo do Forte da Casa serviu como exemplo para identificar e visualizar a sua ação e impactos. Este centro foi construído em redor das ruínas do Forte que lhe dá o nome, tendo sido descoberto através dos trabalhos arqueológicos e, posteriormente, recuperado. Este centro compreende a visita às ruínas musealizadas, apoiada pela exposição através de painéis temáticos relativos ao local e ao contexto das invasões francesas. À entrada do local encontra-se um pequeno espaço onde se encontra exposto, através de painéis temáticos, a temática associada a este centro – o impacto social da 3ª Invasão Francesa. Este centro procura desenvolver um projeto educativo que envolva a comunidade escolar que rodeia o espaço, tendo sido este uma das maiores preocupações, principalmente, devido aos sucessivos casos de vandalismo do local, procurando que através destes programas seja conseguido uma transmissão do valor e simbolismo deste local, e de toda a rota.

Um dos aspetos destacados foi a importância dos recursos humanos no local, identificando esta como uma das falhas deste centro, sendo essencial a formação e, principalmente, o compromisso com a missão que o projeto defende, não esquecendo que cada pessoa que se encontra no contacto com o público nestes locais, representa a imagem que o público levará de todo o projeto.

Durante a visita conseguiu perceber-se que os projetos educativos são um objetivo comum a toda a rede dos centros de interpretação, que tem preparado uma ação que pretende educar os jovens para questões do presente, através de acontecimentos ocorridos durante a época das invasões francesas. Como exemplo do município de Vila Franca foi referida a história de um bebé encontrado pelas tropas francesas, acolhido por estes, demonstrativa de que mesmo em tempos de guerra existem momentos e ações que mostram a solidariedade humana, sendo possível a associação à atual questão dos refugiados. Este projeto apresenta-se como um excelente exemplo da ação que a interpretação deve ter ligando passado e presente.

Foi realçado este centro ser em comparação com os restantes, um dos mais simples ao nível dos meios expositivos e interpretativos, destaque dado, por exemplo, ao CILT de Sobral de Monte Agraço.



Figura 11- Centro Interpretativo Forte da Casa

Fonte: I.P (2016)



Figura 12 - Ruínas Forte da Casa

Fonte: I.P (2016)



Figuras 13 /14- Exposição do Centro Interpretativo sobre a temática "o impacto social da 3ª Invasão Francesa"

Fonte: I.P (2016)

Anexo 5 - *Charter for The Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites* (Síntese)¹³

No outono de 2008 a Assembleia Geral do ICOMOS ratificou o *Charter for the interpretation and presentation of cultural heritage sites*, no Quebec (Canadá).

A. Preâmbulo

Tal como a Carta de Veneza estabeleceu o princípio de que a proteção do tecido existente de um património cultural é essencial para sua conservação, reconhece-se agora que a interpretação do significado dos sítios é parte integrante do processo de conservação e é fundamental para obter resultados positivos na conservação.

Um número significativo de cartas, princípios e diretrizes - incluindo o Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994), a Carta de Burra (1999), a Carta Internacional do Turismo

¹³ Versão traduzida, pela autora I.P, e adaptada de <http://www.enamecharter.org/index.html>

Cultural (1999) e os Princípios para a Conservação do Patrimônio na China 2002) - enfatizaram o papel fundamental da interpretação sensível e efetiva na conservação do patrimônio.

O objetivo desta Carta é definir os objetivos e princípios básicos da interpretação do local em relação à autenticidade, integridade intelectual, responsabilidade social e respeito pela importância e contexto cultural. Reconhece que a interpretação dos sítios do patrimônio cultural pode ser contenciosa e deve reconhecer perspectivas contraditórias.

Embora os objetivos e princípios desta Carta possam igualmente aplicar-se à interpretação *off-site*, o seu foco principal é a interpretação, ou na proximidade imediata dos locais do patrimônio cultural.

A Carta procura incentivar uma ampla apreciação pública dos locais do patrimônio cultural como lugares e fontes de aprendizagem e de reflexão sobre o passado, bem como recursos valiosos para o desenvolvimento sustentável das comunidades e o diálogo intercultural e entre gerações.

B. Princípios

Reconhecendo que a interpretação e a apresentação fazem parte do processo global de conservação e gestão do patrimônio cultural, esta Carta procura estabelecer sete princípios fundamentais, nos quais a Interpretação e apresentação - sob qualquer forma ou meio que se considere apropriado em circunstâncias específicas – se devem basear:

Princípio 1- Acesso e compreensão

Os programas de interpretação e apresentação devem facilitar o acesso físico e intelectual do público aos locais do patrimônio cultural.

Princípio 2 - Fontes de Informação

A interpretação e a apresentação devem basear-se em evidências reunidas através de métodos científicos e académicos aceites, bem como de tradições culturais vivas.

Princípio 3 - Contexto e cenário

A Interpretação e apresentação dos sítios do patrimônio cultural deve ter em conta contextos e cenários sociais, culturais, históricos e naturais mais amplos.

Princípio 4 - Autenticidade

A interpretação e apresentação dos sítios do património cultural devem respeitar os princípios básicos da autenticidade no espírito do Documento Nara (1994).

Princípio 5 - Sustentabilidade

O plano interpretativo de um património cultural deve ser sensível ao seu ambiente natural e cultural, com sustentabilidade social, financeira e ambiental entre seus objetivos centrais.

Princípio 6 - Inclusão

A interpretação e apresentação de sítios de património cultural deve ser o resultado de uma colaboração significativa entre profissionais do património, comunidades envolventes e outras partes interessadas.

Princípio 7 - Pesquisa, avaliação e formação

A continuação da pesquisa, formação e avaliação são componentes essenciais da interpretação de um património cultural.

C. Objetivos

No seguimento dos sete princípios os objetivos desta carta devem ser:

- ⇒ **Facilitar a compreensão e valorização** dos locais do património cultural e sensibilizar o público para a necessidade da sua proteção e conservação;
- ⇒ **Comunicar o significado** dos locais do património cultural através de um reconhecimento cuidadoso e documentado do seu significado, de métodos científicos e académicos aceites, bem como de tradições culturais vivas;
- ⇒ **Salvaguardar os valores tangíveis e intangíveis** dos locais do património cultural nos seus contextos naturais e culturais e contexto social;
- ⇒ **Respeitar a autenticidade** dos sítios do património cultural, comunicando a importância do seu tecido histórico e os seus valores culturais e protegendo-os do impacto adverso de infraestruturas interpretativas intrusivas;

- ⇒ **Contribuir para a conservação sustentável** dos sítios do património cultural, promovendo a compreensão pública dos esforços de conservação em curso e assegurando a manutenção e a atualização a longo prazo da infraestrutura de interpretação.
- ⇒ **Incentivar a inclusão** na interpretação dos sítios do património cultural, facilitando o envolvimento das partes interessadas e das comunidades associadas no desenvolvimento e implementação de programas interpretativos.
- ⇒ **Desenvolver normas técnicas e profissionais** para a interpretação e apresentação do património, incluindo tecnologias, investigação e formação. Esses padrões devem ser adequados e sustentáveis nos contextos sociais.

Anexo 6 - Quadro comparação vantagens e desvantagens entre interpretação pessoal e interpretação autónoma

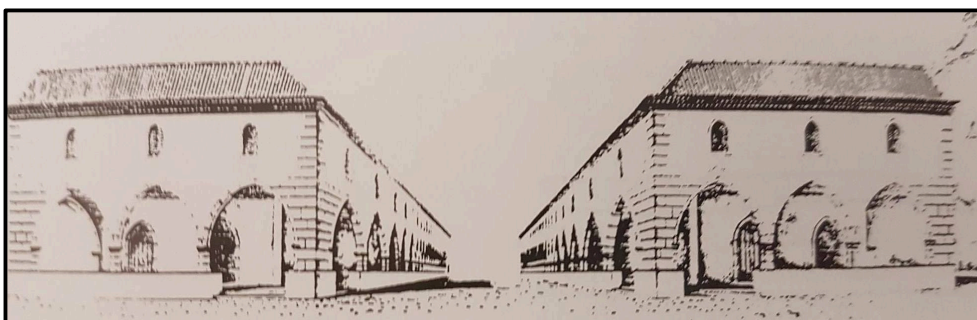
Tabela 2 - Comparação entre interpretação pessoal e autónoma

INTERPRETAÇÃO PESSOAL	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Mais pessoal – possibilita aos visitantes fazer questões; mais flexível; pode ser adaptada às necessidades da audiência; ❖ Permite oferecer ao turista uma experiência mais significativa; ❖ Mais eficiente; ❖ Aceder a locais, aos quais sem um guia não seria possível; ❖ Oferece a oportunidade para um maior envolvimento com os visitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Mais custos para a organização dos programas, formação e suporte para dar aos funcionários o conjunto de apetências necessárias; ❖ Exige formação especializada; ❖ Componente mais formal, que exige um compromisso de horários que os visitantes não pretende numa viagem de lazer; ❖ Está dependente da existência de visitantes.
INTERPRETAÇÃO AUTONOMA	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Pode abranger uma ampla audiência; ❖ As visitas podem se adaptar ao tempo de lazer do turista; ❖ Disponibilidade; ❖ A interpretação pode ser feita ao ritmo de cada visitante; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Pode exigir mais custos com o seu <i>design</i>, execução e manutenção dos meios; ❖ Dificuldade de mudança e adaptação; ❖ Requer métodos de avaliação mais formais e permanentes; ❖ Não é garantida a transmissão efetiva da mensagem interpretativa.

Fonte: Adaptado por I.P do (Colquhoun, 2005)

Anexo 7 – Estaus

Figura 15 - Reconstituição hipotética do Estaus



Fonte: (França, 1994, p. 8)



Figura 16- Arcos dos antigos Estaus

Fonte: DGPC (2015)

Anexo 8 – Identidade gráfica – Cidade Templária



Figura 17 - Antigo logotipo da Cidade Templária

Fonte: (Câmara Municipal de Tomar, 2015)



Figura 18 - Atual identidade gráfica de Tomar (2015)

Fonte: (Câmara Municipal de Tomar, 2015)

Anexo 9 – Torre de Menagem e Alambor



Figura 19- Pormenor do alambor nas muralhas do castelo Templário de Tomar

Fonte: I.P (2016)



Figura 20 - Muralhas e torre de menagem

Fonte: I.P (2016)

Anexo 10 – Convento de Cristo no tempo do Infante D. Henrique



Figura 21 - Claustro do Cemitério

Fonte: I.P (2016)



Figura 22 - Ruínas dos Paços do Infante

Fonte: I.P (2016)



Figura 23 - Claustro da Lavagem

Fonte: I.P (2016)

Anexo 11 – Convento de Cristo no tempo de D. Manuel I



Figura 24- Vista exterior da nave manuelina e rotunda templária

Fonte: I.P (2016)



Figura 25 - Nave e coro manuelino

Fonte: I.P (2016)



Figura 26 - Janela do Capítulo

Fonte: I.P (2016)



Figura 27 - Pormenor do portal manuelino

Fonte: I.P (2016)

Anexo 12 – Convento de Cristo no tempo de D. João III



Figura 28 - Claustro principal renascentista

Fonte: I.P (2016)

Anexo 13 – Era Filipina



Figura 29 - Aqueduto dos Pegões

Fonte: I.P (2016)